



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



WELLINGTON FERNANDES DA SILVA

**OS CHIQUITANO E A CONSTRUÇÃO DE CÁCERES-MT: HISTÓRIA,
MEMÓRIA E VALORIZAÇÃO**

**CÁCERES - MT
2022**

WELLIGTON FERNANDES DA SILVA

**OS CHIQUITANO E A CONSTRUÇÃO DE CÁCERES-MT: HISTÓRIA, MEMÓRIA
E VALORIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Mestrado profissional, da Universidade do Estado de Mato Grosso, Unidade Regionalizada de Cáceres, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História, sob a orientação do professor Dr. Domingos Sávio da Cunha Garcia.

**CÁCERES - MT
2022**

ESPAÇO PARA FICHA CATALOGRÁFICA

WELLIGTON FERNANDES DA SILVA

**OS CHIQUITANO E A CONSTRUÇÃO DE CÁCERES-MT: HISTÓRIA, MEMÓRIA
E VALORIZAÇÃO**

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Domingos Sávio da Cunha Garcia
Orientador – UNEMAT

Avaliador(a) Interno(a)

Avaliador(a) Externo(a)

APROVADO EM: ___/___/___

RESUMO

Durante muito tempo, a história abordou a questão do Brasil colonial sob o discurso do colonizador, atribuindo ao europeu um lugar de destaque, de conquistador e descobridor de terras desconhecidas. Ainda que fossem desconhecidas, essas terras não estavam despovoadas, havendo nelas muitos povos indígenas. Sob esse viés, este trabalho objetiva a compreender o papel do povo Chiquitano na construção, povoamento e desenvolvimento da cidade de Cáceres, enquanto era apenas a povoação Vila Maria do Paraguai, a fim de elucidar o percurso histórico que culminou nesse acontecimento. Trata-se de uma abordagem qualitativa, cujo objetivo se pauta na pesquisa exploratória e tem como método o caráter bibliográfico, que consistiu em levantar dados por meio de documentos históricos, pesquisas acadêmicas e demais fontes que puderam contribuir para a discussão. Em relação ao aporte teórico, ancoramo-nos nos trabalhos que versam sobre a temática Chiquitana, bem como a fundação da cidade de Cáceres e região de Mato Grosso. Diante disso, os resultados da pesquisa apontam, com clarividência, que os Chiquitano também são responsáveis pela consolidação de Vila Maria do Paraguai, em que atuaram não só como moradores, trabalhadores e em determinado momento da história, protetores da fronteira, mas também como detentores de saberes necessários para que essas ações fossem possíveis. Os dados obtidos através de documentos também apontaram que os Chiquitano não foram importantes apenas para a Coroa portuguesa, como também para a Coroa Espanhola em diferentes momentos, uma vez que eles eram os verdadeiros donos da terra e, consequentemente, o ponto chave dessa parte da história.

Palavras-chave: Chiquitano. Vila Maria do Paraguai. Cáceres. Memória.

ABSTRACT

For a long time, history has approached the issue of colonial Brazil under the discourse of the colonizer, assigning to the European a place of prominence, of conqueror and discoverer of unknown lands. Even though they were unknown, these lands were not unpopulated, and there were many indigenous peoples in them. Under this perspective, this work aims to understand the role of the Chiquitano people in the construction, settlement, and development of the city of Cáceres, while it was still only the settlement Vila Maria do Paraguai, to elucidate the historical path that culminated in this event. This is a qualitative approach, whose objective is based on exploratory research and has as its method the bibliographical character, which consisted in raising data through historical documents, academic research, and other sources that could contribute to the discussion. About the theoretical contribution, we anchored ourselves in the works that deal with the Chiquitana theme, as well as the foundation of the city of Cáceres and the Mato Grosso region. Therefore, the results of the research indicate that the Chiquitano are also responsible for the consolidation of Vila Maria do Paraguay, where they acted not only as residents, workers, and, at a certain moment in history, protectors of the border but also as holders of the knowledge necessary for these actions to be possible. The data obtained through documents also pointed out that the Chiquitano was not only important to the Portuguese Crown, but also the Spanish Crown at different times since they were the true owners of the land and, consequently, the key point of this part of history.

Keywords: Chiquitano. Vila Maria do Paraguay. Cáceres. Memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa das Missões e os eixos de Integração Regional	20
Figura 2 - Carta geográfica da capitania de Mato Grosso e parte de suas confinantes que são ao norte a do Grão Pará, e governo do rio Negro, a leste a de Goyaz, ao sul a de S. Paulo, e a província d' Assumpção do Paraguai	27
Figura 3 - Mapa da América Portuguesa do Brasil do século XVI, quando vigorava o Tratado de Tordesilhas de 1492	40
Figura 4 - O Regio de Brasil em 1562. (Fragmento do Mapa da América (Diego Gutiérrez).	40
Figura 5 - Mapa 3: Mapa de Território Chiquitano.....	45
Figura 6 - Obra de Benedito Calixto Anchietas e Nóbrega — na cabana de Pindobuçu.....	47
Figura 7 - Quadro representando os jesuítas na catequização dos índios. obra de Antônio Parreiras, 1913, hoje parte do acervo da Pinacoteca.	48
Figura 8 - Chiquitanos por d'Orbigny.....	49
Figura 9 - Missões, povoações e fortificações no vale do rio Guaporé, na segunda metade do século XVIII.	56
Figura 10 - Vila Maria.....	56
Figura 11 – Representação da Praça Central de Villa Maria do Paraguai.....	58
Figura 12 - Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato-Grosso na primeira sessão da 20.a legislatura, no dia 3 de maio de 1874 pelo presidente da província, o Exm. Sñr. General Dr. José de Miranda da Silva Reis.....	68
Figura 13 - P.54 do RELATÓRIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Matto-Grosso na primeira sessão da 20.a legislatura, no dia 3 de maio de 1874 pelo presidente da província, o exm. sñr. general dr. José de Miranda da Silva Reis.....	69
Figura 14 - Imagem da página 60 do RELATÓRIO apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Matto-Grosso na primeira sessão da 20ª legislatura no dia 3 de maio de 1874 pelo presidente da província, o Ex.mo. Sñr. General Dr. José de Miranda da Silva Reis.....	70
Figura 15 - Planta de São Luiz de Cáceres: 1876.....	71

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Capítulo 1 – COLONIZAÇÃO E FRONTEIRA ENTRE DOMÍNIOS IBÉRICOS NA AMÉRICA DO SUL.....	15
1.1 PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA COLONIAL	15
1.2 OS MISSIONÁRIOS JESUÍTAS NO NOVO MUNDO.....	18
1.2.1 As missões e o método redutor jesuíta.....	21
1.3 A EXPANSÃO COLONIAL NO VALE DO RIO PARAGUAI A OESTE DA CAPITANIA GERAL DO CUIABÁ E MATO GROSSO	24
1.3.1 A CAPITANIA GERAL DO CUIABÁ E MATO GROSSO.....	26
1.3.2 Chiquitano e espanhóis: flechas envenenadas, conflitos e dissipação	30
1.3.3 Missões de Chiquitos e a Capitania de Mato Grosso.....	31
CAPÍTULO 2 – CHIQUITOS OU CHIQUITANO: QUEM SÃO?	35
2.1 UM POVO ANCESTRAL.....	35
2.2 OS LIMITES TERRITORIAIS E A DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS CHIQUITANO	39
2.3 CATEQUIZAÇÃO: PROTEÇÃO E ACULTURAÇÃO	45
2.4 A TROCA DE TERRITÓRIO	511
CAPÍTULO 3 – CÁCERES E OS CHIQUITANO: DA COLONIALIDADE À CONTEMPORANEIDADE.....	533
3.1. O MARCO DO JAURU	533
3.2. A FUNDAÇÃO DE VILA MARIA DO PARAGUAI	555
OS CHIQUITANOS NA FUNDAÇÃO DE VILA MARIA	59
3.3.1 A percepção dos Portugueses em relação ao povo Chiquitano	644
3.3.2. A Liberdade dos indígenas como parte das Medidas Prioritárias do Programa de Colonização da Fronteira	655
3.4 DE VILA MARIA DO PARAGUAI A SÃO LUIZ DE CÁCERES	677
CONSIDERAÇÕES FINAIS	733
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	777
ANEXOS	833
ANEXO A — Documento de Registro da Fundação da Escola de 1º Grau Marechal Rondon do Município de Cáceres do ano de 1974.....	833
ANEXO B — Arquivo documental da Escola de 1º Grau Marechal Rondon de Cáceres-MT. Histórico da denominação da E.M Nossa Senhora Aparecida.	844
ANEXO C — Documento de autorização e credenciamento das escolas sediadas no Município de Cáceres, junto ao Conselho Estadual de Educação de MT.	855
ANEXO D — Imagens da Escola de 1º Grau Marechal Rondon do Município de Cáceres.....	877

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, dissertamos acerca da relação entre o povo Chiquitano e a construção, ocupação e consolidação da povoação luso-brasileira Vila Maria do Paraguai durante o período colonial. Construída na fronteira oeste, da então Capitania do Cuiabá e Mato Grosso — atuais Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em terras disputadas por Portugal e Espanha, o atual município de Cáceres foi fundado em 6 de outubro de 1778, como uma vila colonial cujos dispositivos jurídico-legais eram definidos pela Coroa portuguesa.

Durante o período colonial, a cidade de Cáceres, como muitas outras cidades do Brasil, passou por diferentes processos de construção e consolidação até chegar ao que conhecemos hoje. Primeiro, fundada sob a denominação Vila Maria do Paraguai, no ano de 1778 — e posteriormente, em 1874, São Luíz de Cáceres —, a cidade não possui apenas registros acerca da troca de nomes, mas de uma infinidade de documentos que pormenorizam sua fundação e os caminhos que percorreu até chegar a sua estrutura moderna, principalmente no que concerne às mãos que ajudaram nessa construção. Diante disso, nesta pesquisa, interessa-nos percorrer esse caminho a fim de compreender, em que medida, o povo Chiquitano contribuiu no processo de ocupação da povoação luso-brasileira, a fim de elucidar o sentimento de valoração a esse povo.

Para alcançar o objetivo proposto, lançamos mão das seguintes ações: buscar documentos e estudos que contribuem como forma de registro do período investigado; analisar os materiais que evidenciam os papéis dos Chiquitano no processo de ocupação da cidade de Cáceres na era colonial; traçar o percurso histórico que contém informações pertinentes de modo a situar o leitor; apresentar de que forma os Chiquitano ajudaram na povoação da cidade.

O interesse em pesquisar essa temática parte de duas premissas indeléveis: ser professor e conviver diretamente com o povo Chiquitano que vivem em região de fronteira entre Brasil e Bolívia. Há 10 anos, atuo como professor de história na Escola Municipal Marechal Rondon, situada no Assentamento Fronteiriço Corixá, em Cáceres – MT. Vale ressaltar que essa região está dentro do destacamento militar do Exército Brasileiro. Nessa mesma instituição, atuei, também, como pedagogo em uma turma multisseriada.

Durante esse período de atuação como professor, notei a presença de muitos alunos bolivianos que se deslocam de seu país para virem buscar no Brasil, melhores condições de educação. Além de ter contato com esses alunos, suas famílias também são muito presentes nessa convivência escola-comunidade. Por meio dessa situação de convívio, pude conhecer uma família que tem forte ligação com a escola Marechal Rondon. Trata-se da família de Ana Santos (nome fictício), que presta serviço há mais de 50 anos na instituição. Só na função de merendeira, são 40 anos.

Por meio de diálogos proporcionados pelo convívio, descobri que muitos dos brasileiros que residem na parte que corresponde ao Brasil, são descendentes de Chiquitano. Em uma dessas conversas com Ana Santos, pude conhecer um pouco mais a história do povo que reside nessa região. Ocorre que, quando Ana Santos chegou à localidade, os antigos donos cederam as terras para que ela e outras famílias pudessem viver, no entanto, com a chegada do Exército Brasileiro, seu direito de pertencimento às terras e sua posse foram negligenciados, uma vez que houve a proibição de fazer melhorias, construções, e até mesmo que se saísse de cima da terra — sob discurso de ser uma área militar.

Diante das adversidades que se apresentaram, Ana Santos buscou forças e apoio dos demais moradores para resistir e não abandonar suas terras. Diante dessa realidade, senti-me compelido a conhecer mais a fundo a história do povo Chiquitano (suas lutas pela terra, demarcação de territórios, titulação e preservação de suas tradições). Trata-se de uma população considerada minorizada, uma vez que muitas das ações e tradições que correspondem a eles são alvo de discriminação e estigmatização.

Esse relato contemporâneo acerca dos Chiquitano em território cacerense, remete-nos, instintivamente, à era colonial, em que grupos dominantes como as Coroas portuguesa e espanhola, tinham o propósito de ocupar o território fronteiriço que se situava no que se conhece, hoje, como os países Brasil e Bolívia.

Nesse sentido, a Coroa Portuguesa fundou Vila Maria do Paraguai, tendo a necessidade de fixar nova povoação utilizando o povo Chiquitano para fortalecer seus domínios naquela região e se estabelecer como dono das terras, uma vez que era vantajoso forçar o uso da mão de obra desses povos já catequisados em diferentes especialidades, evidenciando, dessa forma, os interesses dos colonizadores. De outro lado, os Chiquitano também tinham os seus interesses e procuravam negociar com os portugueses, buscando as melhores condições para a sua permanência nessas terras.

Por meio dessas discussões, este trabalho busca responder ao seguinte questionamento: Quais seriam os principais interesses que moveram as ações dos portugueses e dos Chiquitano ao buscarem ocupar o território da recém fundada povoação de Vila Maria do Paraguai e de outros pontos da fronteira oeste em 1778, evidenciado no processo que levou à ocupação do espaço urbano que viria a ser a atual cidade de Cáceres? Diante dessa provocação, recordamos os espaços entre 1778, ano da fundação de Vila maria do Paraguai, à 1874, quando foi elevada à categoria de município, enfatizando as ações dos Chiquitano durante esse percurso.

No bojo dessa discussão, ressalta-se o contato estabelecido entre esse povo e os portugueses, que contribuíram para a criação da fronteira oeste da então Capitania do Cuiabá e Mato Grosso, que se consolidou através da junção dos interesses de Portugal e dos Chiquitano. Portugal tinha interesse em fazer crescer sua povoação nessa parte, recém adquirida da colônia, a fim de fortalecer seus domínios e, assim, procuraram atrair os Chiquitano que vieram para esse lado. Já o grupo indígena, precisava de um local para o estabelecimento de seu povo. Assim, os Chiquitano se tornaram os principais habitantes da povoação de Vila Maria, estando presentes no ato de sua fundação.

Acerca desse processo, estudiosos da Historiografia Indígena, como Santamaria (1986), Meireles (1989), Silva (2008) e Chaves (2011), problematizam as relações de conflitos e alianças, bem como as manobras que se estabeleceram pela coroa portuguesa nesse processo de ocupação da fronteira oeste da colônia, sendo relevante destacar que, de uma forma geral, ocupar fronteiras sempre gerou conflitos sociais. Conforme Martins (2009), o deslocamento das fronteiras é uma história de destruição, mas também é sempre uma história de resistência, de revolta, de processos, de sonhos e esperanças. O autor acrescenta que o que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil, é justamente a situação de conflito social, cujos Chiquitano e colonizadores portugueses, não foram exceções no que se refere a conflitos e tensões.

Em termos metodológicos, esta pesquisa apresenta-se de natureza qualitativa e abordagem bibliográfica, uma vez que referenciamos nossas discussões em estudos significativos para os âmbitos da história e, também, da antropologia. Nessa direção, torna-se pertinente ressaltar a contribuição de autoridades que debruçam seus estudos acerca do povo Chiquitano, o território de Cáceres, e como as identidades desse povo se constitui e foi construída junto com a cidade; são trabalhos específicos que se tornaram basilares na construção desta investigação.

Trata-se dos trabalhos de Santamaria (1986, 1987), ao abordar o caráter econômico das missões de Moxos e Chiquitano durante a colonização; Meireles (1989) historiadora e antropóloga indigenista, que tem como objeto de estudo, a origem dos Chiquitano e seu desenvolvimento social, econômico e político ao longo da história; Silva, (2008) interessa-se sobre os Chiquitano desde o Brasil-Colônia, além de investigar acerca da identidade desse povo desde os conflitos de fronteira; de igual modo, E por fim, Chaves, (2011) pondera acerca do uso de mão de obra ameríndia na construção do novo mundo, estabelecendo relações sobre tratados diplomáticos, memória de Cáceres e constituição da fronteira do oeste pelo império português.

Diante do exposto, destaca-se a relevância desses estudiosos, bem como suas pesquisas para este trabalho, uma vez que seus estudos se voltam para a história de Cáceres e do povo Chiquitano, evidenciando a importância dessa população, não só para a história constitutiva da nação brasileira na época do Brasil-Colônia, como também sua relevância social para os tempos atuais. Desse modo, trazemos também alguns recortes para que se possa compreender melhor como esses povos participaram no surgimento de cidades, comunidades, através dos processos de ocupação. Ao final do trabalho apresentamos o produto pedagógico. O intuito de todo o trabalho é fazer uma abordagem sobre a temática, sendo estruturado em três capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado “Colonização e Fronteira entre domínios ibéricos na América do Sul”, enfocamos o processo de ocupação da fronteira colonial, bem como o surgimento da Capitania Geral de Cuiabá e Mato Grosso, apresentando os jesuítas e a importância dos trabalhos missionários para a formulação de um domínio territorial e de indígenas. Tais pontos preparam terreno para a introdução do capítulo dois, sob o título “Chiquitos ou Chiquitano: quem são?”. Nesse capítulo, buscamos apresentar quem são os povos Chiquitano e quais papéis foram desempenhados por eles ao longo do percurso colonizador que nos propomos a investigar.

O segundo capítulo também busca demonstrar as vivências, dificuldades e pequenas conquistas desses povos, como seus processos de desterritorialização e abandono de seus costumes por meio das missões jesuíticas. No terceiro e último capítulo, buscamos trazer um percurso histórico entre a Vila Maria do Paraguai no período colonial e à Cáceres contemporânea, bem como o papel dos Chiquitano durante a fundação dessa cidade primeira, enfatizando os processos desse processo de construção de Vila Maria do Paraguai.

Ademais, nas considerações finais, buscamos retomar os objetivos propostos, evidenciando as discussões que conseguimos tecer e, por fim, apresentar o produto pedagógico formulado com o intuito de servir como apoio à professores que busquem materiais didáticos para que possam trabalhar essa temática em sala de aula.

CAPÍTULO 1 – COLONIZAÇÃO E FRONTEIRA ENTRE DOMÍNIOS IBÉRICOS NA AMÉRICA DO SUL

Embora o processo de colonização que se deu em terras indígenas seja um assunto indigesto, que remete a memórias ainda mais difíceis, principalmente para os povos tradicionais, como quilombolas e indígenas, o campo do conhecimento da história tem o dever de contá-la em sua totalidade. Diante dessa premissa, neste capítulo, apresentamos as primeiras ações que deram início ao processo de ocupação da fronteira colonial na Capitania Geral de Cuiabá e Mato Grosso, mantendo o enfoque sobre o território de Cáceres nos dias atuais.

Ainda neste capítulo, discutimos o surgimento da Capitania Geral de Cuiabá e Mato Grosso e o processo de dominação jesuítica.

1.1 PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA COLONIAL

A fim de compreender como se deu o processo de organização em torno das fronteiras coloniais sob os domínios espanhóis e portugueses na região central da América do Sul, tomamos como aporte teórico, os estudos de Santamaría (1987). Conforme o autor, para entender esse processo, faz-se necessário conhecer as duas grandes regiões caracterizadas como centros de poder, cujas cidades e acessos eram frequentemente demarcados. A fim de situar contemporaneamente, trata-se da região que cobre todo o Maciço Andino, que vai da Venezuela ao Chile, abrindo a Sudeste, em direção ao Rio de La Plata e Paraguai, e a outra, que se estende da Costa Atlântica das Guianas ao Sul do Brasil.

Nesse entremeio, havia um imenso percurso de terra sendo pouco explorado durante as demarcações territoriais estabelecidas pelas potências coloniais em seus tratados estabelecidos previamente. No entanto, embora parecessem “terras esquecidas”, logo seriam objeto de grande disputa, como todo o restante de localidades da colônia. Conforme Santamaría (1986), isso ocorreu devido às dificuldades de se chegarem em certas localidades, cujos contextos ecológicos particulares acabavam contribuindo para que essas regiões fossem habitadas por caçadores-coletores e fazendeiros. Soma-se a isso, a falta de capacidade colonial de organizar militares que pudessem se estabelecer de forma permanente naquelas localidades. Embora essas ações tenham culminando em

vários espaços não conquistados na América do Sul durante os últimos momentos do período colonial, deve-se compreender que:

a enumeração desses espaços fora da fronteira colonial não deve incluir as áreas que, mesmo sem o controle direto dos Estados coloniais, permaneceram integradas ao sistema mercantilista mundial articulado a partir do século XVI e cuja vigência se estendeu até as guerras revolucionárias das independências do início do século XIX (SANTAMARIA, 1986, p. 24).

Diante dessas concepções, Carvalho (2011) reitera que a existência desses espaços funcionava como uma espécie de conexão entre as economias hispano-andinas e as colônias portuguesas, tirando desses territórios a ideia de que eram terras sem donos. Por meio dessa problemática, evidencia-se que a quantidade de habitantes não conseguia suprir a falta de moradores que aumentava junto com a criação de novos povoados. Embora grandes áreas produtivas precisassem ter acesso por entre esses vilarejos, para que pudessem realizar trocas e conseguirem se manter, apenas essas áreas povoadas não eram suficientes. (CARVALHO, 2008). (Paráfrase)

Esses espaços distantes dos grandes centros comerciais, passaram a ser enxergados como uma espécie de “periferia” que precisava ser povoadas a fim de garantir os domínios das fronteiras. Nesse bojo, Santamaría (1986) advoga que houve a necessidade de se reformular as táticas de assentamento como via de distribuir e redistribuir a população para que o funcionamento do sistema pudesse ser completo. Segundo o autor, essa organização teria que abarcar a produção das comunidades domésticas, daquelas que eram compostas por indígenas, e a agricultura tradicional ao mercado colonial. Em outras palavras, essa comunidade periférica, deveria ser acoplada ao sistema mercantilista global como forma de tornar o sistema mais eficaz. Nesse sentido:

O sistema mercantilista, por sua vez, projetou seções de alta intensidade comercial e monetária e seções de menor intensidade, trocas deprimidas ou de longa distância, mas igualmente comprometido com a sobrevivência do sistema como tal. (SANTAMARIA, 1986, p. 25).

Além de estabelecer essa nova forma de organização dos territórios de fronteira em prol do sistema mercantilista, era necessário reformular, também, os acessos a essas localidades. Para tanto, foi necessário estabelecer que os acessos por vias terrestres e

fluviais, as linhas de fortificações e as missões eclesiás desempenhassem funções específicas dentro de um modelo de assentamento. Eles deveriam produzir bens de consumo, transportá-los ou importar dos centros coloniais ou metrópoles, a fim de manter fortificado o tráfego comercial (SANTAMARIA, 1986 paráfrase). Acerca da problemática que envolve a solidificação dos territórios de fronteira e a mercantilização, o autor pontua que:

Ainda, pode-se propor que a noção comum de fronteira como “limite externo” poderia ser substituída por outra noção que identifique zonas econômicas de integração com pouca participação dos poderes políticos concorrentes, ou, melhor ainda, dos setores sociais de espaços políticos concorrentes. É óbvio que a imprecisão da soberania política não invalida a importância crucial de os mecanismos de intercâmbio econômico e o processo integrativo geral, demonstrando que o sistema mercantilista, como fase histórica, correspondente ao processo universal de acumulação original de capital, ainda poderia se desenvolver às custas do atraso observado na constituição dos Estados nacionais como sujeitos da ação política e econômica, aspecto comum aos espaços metropolitanos e não apenas coloniais (SANTAMARIA, 1986, p. 26).

Diante do supracitado, é possível compreender que a estratégia de unir política e economia favorecia o Estado, uma vez que conseguia resolver dois problemas com apenas uma solução: à medida em que povoavam as terras (para que não as perdessem para outros domínios, obrigavam seus moradores a produzirem bens de consumo que pudessem fazer a mercantilização, de fato, acontecer. Coadunando a essa proposição, Nogueira (2012) afirma que, ao incentivar o cultivo de variados produtos agrícolas que seriam tomados como ativadores das relações inter-regionais no interior do Brasil, por meio de uma ideologia mercantilista, o Estado visava a integração do território colonial, uma vez que “esse cultivo cumpriria um papel de fixador da população em lugares considerados estratégicos”. (NOGUEIRA, 2012, p. 12).

A partir dessa tomada de decisão estratégica, a organização mato-grossense conseguia manter sua autossuficiência por meio de mão de obra escrava Ameríndia, trocando trabalho por direito à assentamento, para conseguir manter seu sistema em funcionamento, embora houvessem conflitos em relação a outros territórios. Ao conseguir realizar o funcionamento dessa engrenagem, era possível pleitear outras aquisições. Paralelo a isso:

As fronteiras, ainda, se caracterizavam pelos pontos de fortificação ou missão evangelizadora, tornando-as um reservatório de novas terras colonizáveis, que era a princípio, desprovido de sentido *prima facie* econômico. Nesse período, todo contato entre as duas grandes regiões não ia além de um eventual contrabando, um reconhecimento científico, um deslocamento hostil de populações indígenas ou uma expedição militar (SANTAMARIA, 1986, p. 22).

Concernente a essa discussão, torna-se pertinente ressaltar que além da mão de obra escrava indígena, pequenos fazendeiros e caçadores que povoavam essas regiões de fronteira (atuais Brasil e Bolívia) e produziam bens de consumo para a sua própria subsistência e também para os grandes centros, os jesuítas também residiam e atuavam nesses espaços.

A respeito dessa temática, a próxima seção faz uma discussão acerca do processo de dominação jesuítica, bem como aborda o método utilizado por eles como forma de catequizar os nativos. Estabelecemos, ainda, a relação entre as atividades jesuíticas e o contexto de expansão colonial no vale do Rio Paraguai, situado a oeste da Capitania Geral do Cuiabá e Mato Grosso.

1.2 OS MISSIONÁRIOS JESUÍTAS NO NOVO MUNDO

Os Jesuítas surgiram na Europa como parte do movimento de contrarreforma, a fim de impedir o iminente crescimento do protestantismo. A ordem religiosa a qual faziam parte, foi criada em 1534 pelo padre Inácio de Loyola, sendo reconhecida oficialmente pelo papa Paulo III no ano de 1540. Diante desse vínculo direto com a Igreja Católica, pertenciam à uma ordem religiosa denominada Companhia de Jesus, a qual impunha sobre eles a incumbência de disseminar o evangelho pelo mundo. Desse trabalho evangelístico ao redor do globo, destaca-se o trabalho catequético realizado no Brasil Colônia.

Desde a sua criação, no século XVI, a Companhia de Jesus deixou marcas por onde passou, bem como admiradores e detratores, jamais indiferentes. Indubitavelmente, como parte da chamada Modernidade europeia, teve aquela Companhia, a partir de então, um papel significativo na história das ideias políticas e educacionais, por meio de suas ações missionárias, oriundas da cultura secular eclesiástica europeia, que foram transpostas e adaptadas, tendo em vista os distintos ambientes políticos e culturais encontrados, tanto na Europa dividida

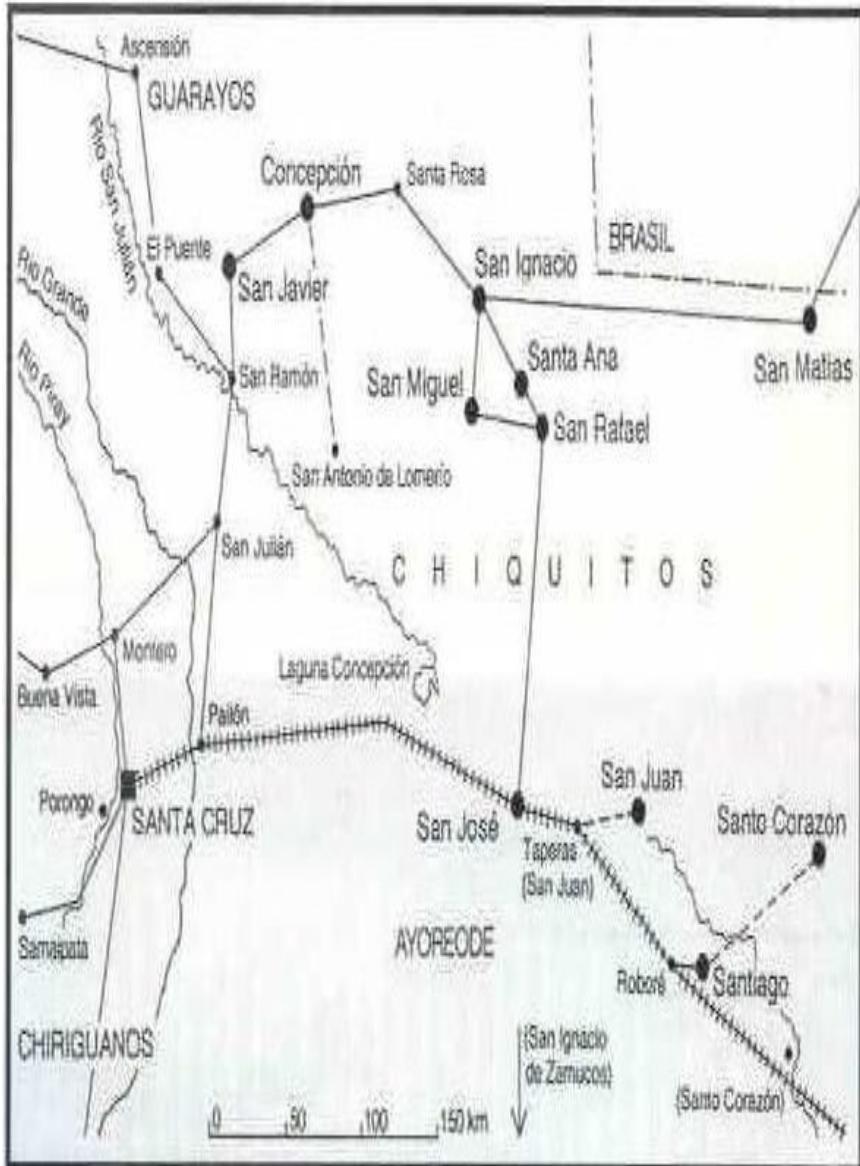
entre católicos e protestantes, quanto no Oriente, Novo Mundo e no Continente africano, que se descortinavam aos inacianos, desde os regimes monárquico coloniais, as resistências tribais e os cenários republicanos. (SOUZA; CAVALCANTE, 2016, p. 15).

Preparados para enfrentar as mais diversas situações em terras longínquas, os Jesuítas se acomodaram em terras colonizadas e começaram os trabalhos de catequese aos indígenas, eram as chamadas Missões (que serão pormenorizadas adiante). Além de estabelecerem um regime que combinava evangelização e trabalho dos nativos, aos Jesuítas cabia o dever de ensinar os filhos dos colonos, bem como presidir missas e reuniões cujo objetivo pautava-se na disseminação da fé católica.

A atuação desse grupo gera controvérsias. Por um lado, tratava-se de uma ordem religiosa que possuía apoio financeiro da igreja católica, mas ainda assim, utilizava mão de obra indígena em serviços agrícolas, fazendo-os acumular muitos bens tanto nas colônias portuguesa quanto espanhola. Embora tenham defendido indígenas em algumas situações, a ponto de se unirem a eles quando entraram em conflito com os portugueses, os padres desempenharam um processo de catequização em massa, que culminou na extinção da fé, cultura, costumes e línguas indígenas de muitas etnias, dentre elas, os Chiquitano, povo que tomamos como universo de investigação nesta pesquisa.

Segundo Kern (1986), com as situações indefinidas em relação às fronteiras entre os impérios espanhóis e portugueses, coube aos missionários Jesuítas as ações de fundar povoados, educar e pregar entre os indígenas. No entanto, em uma situação de conflito entre portugueses e espanhóis, a ocupação de povoados não acontecia de forma pacífica. O autor pontua, ainda, que as missões jesuíticas enfrentaram muitos conflitos armados em decorrência da oposição de interesses entre a sociedade espanhola frente a expansão luso-brasileira.

Figura 1 - Mapa das Missões e os eixos de Integração Regional.



Fonte: <https://bit.ly/3tp5eJH>

Sobre as ações dos missionários portugueses e espanhóis, quanto ao projeto civilizacional e de evangelização dos índios, destaca que as missões se estruturaram com uma dupla função ordenadora da vida política (na polis) e cristã (na igreja). Para a época, era vista como a única possibilidade de conversão ao cristianismo dos “infiéis”, tornando-os “homens completos” civilizados com hábitos, costumes, valores e padrões culturais europeus. Em síntese, o principal objetivo foi civilizar e educar, pregar e converter o outro. (KERN, 2004, p. 109 *apud* BASTOS, 2016, p. 141).

Em face ao diferente, os padres jesuítas deveriam evangelizar, a fim de abolir costumes que eram tidos como ofensivos à fé cristã. Em relação a isso, Kern, (2004), pontua que os indígenas tinham hábitos muito peculiares, como: canibalismo, rituais que

envolviam bebidas ceremonias que deixavam os sentidos conturbados, além da falta de vestimenta com a qual os europeus estavam habituados, línguas diferentes dentre outra série de especificidades.

Bastos (2016) esclarece que o princípio seguido pelos jesuítas era ensinar para cristianizar, a fim de que ser tornassem “homens completos”. Para isso, dever-se-ia combinar as ações de educação, evangelização e subtração à escravidão, porém não chegaram a transformar em europeus os Chiquitano, os Guarany e os Moyos (outros povos indígenas alvo das missões jesuíticas). Amparada pelos estudos de Kern (2004), a Bastos (2016) pondera que, talvez, a ideia dos padres não era a de transformar os indígenas em europeus, mas que, através das missões, pudessem inseri-los na sociedade luso-brasileira, mesmo que para isso, tivessem que despi-los de qualquer traço cultural que carregassem consigo.

1.2.1 As missões e o método redutor jesuítico

Para dar continuidade às missões catequéticas, os Jesuítas precisaram criar um método pautado em organização, uma vez que estabelecer o sistema de missão em um ambiente vasto, quase impossível de ser controlado, exigia um método global que permitisse a continuidade do processo de aculturação¹/catequização dos povos nativos.

Esse método foi baseado na redução como um modelo de concentração populacional e na evangelização indireta por meio de grupos de recém convertidos ao cristianismo, que tinham a missão de adentrar nas matas, de modo a persuadir grupos étnicos desconhecidos ou sem controle, que se acomodariam na redução para ensaiar uma vida sedentária. Em outras palavras, os indígenas já “convertidos”, eram persuadidos a “converter” aqueles que ainda não professavam a fé católica.

Nas bacias hidrográficas dos rios Uruguai, Paraná e Paraguai, os missionários da Companhia de Jesus destacaram-se como fundadores das reduções ou missões religiosas entre os indígenas Chiquito, Guarani e Mojo. Assim como ocorreu entre os Guarani, nos séculos XVII e XVIII, com a instalação dos conhecidos *30 Pueblos Guaraníes* na região Chiquitana/Bolívia, entre 1691 e 1760, foram instaladas dez

¹ “O processo de aculturação se dá pelo contato de duas ou mais matrizes culturais diferentes, isto é, pela interação social entre grupos de culturas diferentes, sendo que todos, ou um deles, sofrem mudanças, tendo como resultado uma nova cultura” (RIBEIRO, 2022).

missões compostas por grupos étnicos com línguas e culturas distintas. Nesse contexto cultural, uma nova realidade histórica colonial foi criada diante dos intensos contatos interétnicos entre os indígenas e a sociedade europeia. (ARRUDA, 2011, p. 88).

Haedo (1777), citado por Santamaria (1986), informa que o começo desse método redutor ocorreu na segunda metade do século XVII, em que os padres Cipriano Varese e Baltasar Espinosa, fundaram uma Missão intitulada San Pedro no ano de 1675. Essa missão abrangeu as cidades de Baure e Moxo e depois as cidades de Loreto, Trinidad, San Javier, Exaltación, San Ignacio, Santa Ana, San Borja e Reyes, também liderando os grupos Moxo e Baure. Como base dessa missão, formou-se o “Território Missionário de Moxos”, que no século seguinte se expandiria para os povoados de Magdalena Concepción, San Joaquín, Buena Vista, a nova San Pedro (capital de Moxos no final do XVIII) e San Martín.

Com base na historiografia desse período, o território missionário de Chiquitos criado no final do século XVII, denominado San Francisco Xavier, fora transferido duas vezes, em 1696 e 1697 (SANTAMARIA, 1986). Ainda citado por Santamaria (1986), os escritos de Haedo (1777), afirmam que mesmo após a expulsão dos Jesuítas, pela Coroa espanhola, em 1767, esse método continuou a ser propagado, ainda que por nomenclaturas e finalidades diferentes.

Neste ponto, podemos compreender essas ações como um dos maiores processos de aculturação de povos nativos que se tem notícia. O trabalho catequético foi tão bem desenvolvido, que mesmo após a saída dos jesuítas das colônias, o sentimento baseado na fé católica não foi esquecido. No entanto, após a expulsão dos jesuítas:

O governador de Cochabamba, Francisco de Viedma, que fez de Santa Cruz um centro de dominação regional voltada para o leste, promovendo a formação de reduções que tinha caráter diferente dos Jesuítas (HAEDO, 1777, p. 1 *apud* SANTAMARIA, 1986, p. 27).

Pode-se entender que todo esse processo encobria, também, uma estratégia política, social e econômica, cujo objetivo era proteger as fazendas espanholas da ameaça de invasão indígena, deixando desimpedidas as estradas do interior para o comércio e transporte para as pequenas cidades. O governador insistia na necessidade de pacificar a extensa região que ia de Buena Vista aos distritos de Cochabamba de Tutura e Chilón.

Em 1805, Chiquitos continha dez reduções sobre uma área de aproximadamente meio milhão de quilômetros quadrados, área semelhante à extensão da Espanha. Em todos os casos, as missões tentaram localizar-se perto de rios e lagoas com acesso rápido a planícies de grama. (SANTAMARIA, 1986, p. 29).

As bases criadas para que os missionários colocassem em prática a redução, eram situadas perto das aldeias e demais localidades que facilitasse a atração desses indígenas que ainda não tinham aceitado esse processo de conversão. A esse respeito, Santamaria (1986) pontua que essas bases possuíam recursos limitados, quase sempre culminando na desistência dos padres e na introdução do método indireto, ou seja, por meio do envio de novos convertidos.

Ainda com base no autor citado, legitima-se pensar que essas incursões resultaram, mais de uma vez, em assaltos e predações, ou mesmo quando elas aconteceram em um ambiente pacífico, falhavam, devido a antigos conflitos e diferenças socioculturais ou linguísticas. Mesmo que fossem abordados por indígenas recém convertidos, não havia garantia de que a convivência seria fácil ou resultaria em conversão, havendo, também, resistência na participação de trabalhos produtivos. Tais relatos jogam por terra o mito do “bom selvagem”, que por muito tempo nos fez crer que indígenas e negros escravizados aceitavam de bom grado essa tentativa de catequese. Assim sendo:

é lógico pensar que a expulsão da Ordem dos Jesuítas e o confisco de suas terras significou na prática a recuperação pelo Estado de uma fonte poderosa de arrecadação de tributos. Em 1767, a entrega das cidades à igreja secular subverteu o caráter especificamente auto abastecendo da missão, tornando-se uma fonte de produtos para o tráfego intercolonial. Até então, a dependência externa das missões se manifestava apenas na importação de certos produtos manufaturados (BLOCK, 1980, 121).

Levando em consideração as informações acima pactuadas, podemos inferir que a junção entre fé e economia foi uma das estratégias utilizadas tanto por espanhóis, quanto por portugueses. Ocorre que ambas as coroas, queriam ter os domínios mercantilistas em terras e mar, e para isso, tirar vantagem dos indígenas não era algo improvável, pelo contrário, como veremos à diante, essas relações de troca, que beneficiavam muito mais aos colonizadores, foram presentes desde o primeiro contato com os indígenas. O método redutor jesuíta, não reduzia apenas os povos a professarem à mesma fé, mas os reduzia

em todos os sentidos, tanto, que por muito tempo após a colonização, em tempos mais recentes, os povos indígenas eram colocados em apenas uma categoria: índios.

Pereira; Puhll; Chaves (2012), evidenciam essa problemática ao informar que antes do sistema colonial reducional em 1691, os Chiquitano eram povos plurais, com culturas e línguas distintas uns dos outros, pertencentes a uma sociedade que não se diferenciava muito daquelas estabelecidas na Europa, uma vez que tinham alianças e conflitos com outros povos. Embora essa diversidade tenha sido uma realidade, alguns registros como documentos de autoridades coloniais, crônicas produzidas durante as expedições e relatos dos jesuítas, registram impressões equivocadas a respeito das sociedades indígenas: que eram nômades, que só caçavam e pescavam, que as famílias não eram ligadas por uma extensa rede de parentesco, que os caciques só tinham serventia durante as guerras e que viviam livres e despreocupados.

Na contramão desses pressupostos relatados pelos documentos históricos, os autores citam que fontes contemporâneas afirmam a diversidade, em todos os aspectos dessas sociedades. Para eles, os indígenas não viviam apenas de caça, pesca e de coletas, mas sim, que praticavam agricultura de coivara. Mais à frente veremos, que os Chiquitano possuíam outra série de saberes e conhecimentos que colocavam em funcionamento dentro de suas aldeias, afinal, eles conseguiram se manter durante muito tempo antes da chegada do colonizador.

Nesse sentido, os indígenas passaram a ser objeto de disputa entre colonizadores que os queriam para “fazer volume” nas terras das quais iam se apropriando. Além de utilizarem seus conhecimentos em torno do provimento de alimentos para que pudessem sustentar as tropas militares instaladas às margens dos rios para garantirem que outros invasores não ocupassem esses espaços. Diante disso, o próximo tópico trata dos acontecimentos entre as disputas portuguesas e espanholas que ocorreram no advento da colonização do vale do Rio Paraguai, no século XVIII.

1.3 A EXPANSÃO COLONIAL NO VALE DO RIO PARAGUAI A OESTE DA CAPITANIA GERAL DO CUIABÁ E MATO GROSSO

Para que possamos apresentar o surgimento da Capitania Geral do Cuiabá e Mato Grosso e sua importância para essa parte da história do Brasil, faz-se necessário compreender o contexto de expansão colonial no vale do Rio Paraguai, uma vez que, nas últimas décadas do século XVIII, acirraram-se as disputas entre espanhóis e portugueses

pela posse da bacia do rio Paraguai. A estratégia de espanhóis e portugueses tinham semelhanças na preocupação com a construção de fortés para a defesa do território que julgavam lhes pertencer. No entanto, diferiam em outros pontos importantes, notadamente na política de povoamento para a ocupação deste território, garantindo de forma efetiva o seu domínio.

Acerca disso, ressalta-se que um princípio jurídico internacionalmente aceito desde a efetivação do Tratado de Madri em 1750, é o do *Uti Possidetis*², que traz ao entendimento, a preocupação de ambas as coroas ibéricas quanto à efetiva ocupação do território. Conforme informa Carvalho (2008), a fim de se estabelecer nesse território, os portugueses tomaram algumas iniciativas, das quais algumas foram exitosas e outras não.

A primeira ação foi a fundação do Forte de Iguatemi em 1767, com o intuito de obter o controle sobre o Rio Paraguai. No ano de 1775, construíram o Forte de Nova Coimbra na margem ocidental do Rio Paraguai, cuja latitude 19°55', tentava efetivar o controle da região conhecida como Vacaria (atual estado de Mato Grosso do Sul e parte leste do Paraguai, e Vale do Alto Paraguai). No ano de 1777, houve a queda do forte Iguatemi durante de um ataque encabeçado pelos espanhóis, mas ainda, assim, o projeto de expansão colonial do Rio Paraguai continuou. Em 1778, os portugueses fundaram a povoação de Albuquerque e em 1797, o Forte de Miranda, ambos na margem ocidental do rio Paraguai, antes conhecido como Mbotetei (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2022).

Para que esses Fortes e povoados conseguissem ficar de pé, garantindo a posse do território para os portugueses, era necessário recrutar gente suficiente. “Nas vizinhanças dos fortés de Coimbra e Miranda, bem como na povoação de Albuquerque, as autoridades portuguesas conseguiram aldear vários grupos de índios das etnias Mbayá e Guaná” (SUSNIK, 1971, p. 16).

Acerca dessa situação, encontramos informações nos estudos de Carvalho (2008). Para o autor, não há relatos que mostrem os detalhes sobre as políticas indigenistas utilizadas pelas autoridades portuguesas para tratar com esses grupos, mais especificamente com seus caciques, uma vez que deveria haver um processo de negociação e transferência desses grupos de suas casas em aldeias para povoados em torno dos Fortes Militares, também não há relatos das relações entre militares, colonos e indígenas aldeados. Diante disso, os espanhóis, a exemplo dos portugueses, também construíram povoados e Fortes e procuravam atrair indígenas para os aldeamentos em

² princípio que determinava o direito à posse e exploração de determinada terra para quem já estivesse fixado nela, ou seja, trata-se da posse definitiva de algum território baseado em seu uso (TULUX, 2011).

torno de suas construções. Desse modo, podemos inferir que os indígenas eram usados pelos colonizadores para que não perdessem seus territórios, uma vez que não havia outras pessoas disponíveis em grande quantidade para esse feito. A esse exemplo, citamos (SUSNIK, 1971, p.21), ao informar que:

Os índios Mbayá e Guaná da redução de Belén, no rio Ypané, que funcionara sob administração dos jesuítas de 1760 a 1767, após uma malograda tentativa dos franciscanos, foram paulatinamente transferidos para os novos estabelecimentos que apareceram. Em 1773, os espanhóis incrustaram entre os rios Aquidabán e Ypané, afluentes do Paraguai, a Villa Real de la Concepción; pouco tempo depois, seu comandante e outros moradores *criollos* já contavam com considerável contingente de mão-de-obra Guaná, que foram aldeados naquelas vizinhanças.

Como dito anteriormente, não é sabido como se dava a relação entre os indígenas aldeados e colonizadores, uma vez que não se pode afirmar se eram convidados a ficarem nos aldeamentos ou obrigados. No entanto, levando em consideração como se deu todo o processo de colonização desde o começo em 1500, podemos conjecturar que, talvez, não restasse outra opção aos indígenas. Dessa forma, Susnik (1978) informa que o governador Pedro de Melo, de Portugal, tentou aldear indígenas denominados monteses nas imediações de Ycuamandiyú, mas não obteve sucesso. Porém, os Monteses passaram a servir como empregados nas produções de erva.

Diante das relações entre indígenas e o Estado, Susnik (1978), informa que no ano de 1753, indígenas da etnia Payaguá, assinaram um tratado de capitulação com o governador do Paraguai, Jaime Sanjust. Os indígenas Mbayá também aderiram a esse tratado no ano de 1759, e, em 1791, assinaram um Termo de Paz com o governador de Mato Grosso, renovado 5 anos depois. No ano de 1793, o povo Guaná também buscou um acordo com os portugueses. Quanto aos espanhóis, os Mbayá e Guaná, também assinaram tratado com eles.

1.3.1 A CAPITANIA GERAL DO CUIABÁ E MATO GROSSO

Neste ponto da discussão, faz-se necessário evidenciar o contexto de fundação da Capitania de Mato Grosso no século XVIII, que se deu devido a ocupação e o processo

de autonomia fortemente ligados às atividades mineradoras da região. Segundo Nogueira (2012), em 1719, às margens do rio Coxipó, afluente do Cuiabá, iniciou-se o estabelecimento de núcleos fixos de povoamento português, após os primeiros achados auríferos por Pascoal Moreira Cabral.

Figura 2 - Carta geográfica da capitania de Mato Grosso e parte de suas confrinantes que são ao norte a do Grão Pará, e governo do rio Negro, a leste a de Goyaz, ao sul a de S. Paulo, e a província d' Assumpção do Paraguay



Fonte: Elaborada pela Comissão Geográfica Em 1874. Biblioteca Nacional.

Com a descoberta de pedras preciosas, a administração portuguesa passou a estimular os povoamentos fixos a fim de garantir que apenas eles pudessem ter acesso aquele território, sob a justificativa de pleitear posse definitiva de terras formalmente castelhanas desde Tordesilhas. Essa estratégia, que antecedeu o Tratado de Madri em 1750, assinados pelas coroas portuguesa e espanhola, culminou na divisão da antiga capitania geral de São Paulo, gerando as capitâncias de Goiás e Mato Grosso. A capitania de Mato Grosso foi criada e, 1748, sob a posse de seu primeiro governador, D. Antônio Rolim de Moura, em 1751, e abrangia os distritos mineradores de Cuiabá e Mato Grosso (localizado nas proximidades do rio Guaporé) (NOGUEIRA, 2012). Diante disso, a importância voltada para a Capitania de Mato Grosso:

[...] deve ser entendida, do ponto de vista das pretensões de soberania do Estado imperial português sobre essa área da América Meridional, a partir da importância que obteve o uso diplomático do princípio do *uti*

possidetis de facto. Como essa doutrina apoia-se na posse pelo uso, o estudo da gênese e desenvolvimento dos movimentos colonizadores nos ajudaria a compreender o sucesso dos argumentos diplomáticos luso-brasileiros em boa parte das disputas fronteiriças travadas entre Portugal e Espanha pelo controle soberano dos vales dos rios Paraguai e Guaporé ao longo dos séculos XVIII e XIX (NOGUEIRA, 2012, p. 6).

Após a descoberta das jazidas de ouro nas imediações do rio Cuiabá, deu-se continuação no Conselho Ultramarino à estratégia de ocupação de toda a extensão do vale do rio Paraguai, a fim de formar uma longa faixa que se estendia nos cursos dos principais rios que poderiam servir como vias de penetração (Nogueira, 2012) paráfrase. Tratava-se de estratégias de ambos os lados, com a finalidade de obter o domínio sobre as cabeceiras das maiores bacias hidrográficas da América do Sul. Nesse sentido, espanhóis continuavam a utilizar os indígenas (Moxos e Chiquitos) nessa estratégia de dominação.

Neste ponto, cita-se o Tratado de Madri, que iniciou um processo de fixação de novos limites coloniais das possessões portuguesas e espanholas na América do Sul, delineados por equipes mistas de demarcações. No entanto, o Tratado de Madri foi anulado em 1761, dando origem a uma sucessão de outros três tratados (El Pardo – 1761, Santo Ildefonso – 1777 e Badajós – 1801), que expressaram a tensão na região advinda das disputas territoriais entre Portugal e Espanha. Essa tensão perdurou até que a fronteira colonial ibérica, no coração da América do Sul, pudesse se estabelecer, às vésperas dos processos de independência. Esse acordo objetivava o fim das disputas entre Portugal e Espanha pela posse da colônia sul-americana do Sacramento e os Sete Povos das Missões, sendo intermediado pela Inglaterra e pela França, que tinham interesses políticos internacionais na pacificação dos dois países ibéricos.

Destaca-se, nesse período, a atuação do engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra³, que atuou, principalmente, na construção do Real Forte Príncipe da Beira e na demarcação da fronteira do baixo Rio Jauru ao Rio Madeira. O Forte Príncipe, embora tenha sua construção iniciada em 1775/1776, simboliza, talvez, a mais imponente das edificações portuguesas na região de fronteira. Segundo Meireles (1989, p. 167), tratava-se de “um gigantesco mausoléu, para proteger a navegação que agonizava”, e que serviu para delimitar a fronteira luso-castelhana.

³ Engenheiro militar português que se destacou na construção de obras como o Real Forte Príncipe da Beira, do Forte de Coimbra e do Quartel de Dragões em Vila Bela. Nasceu em 1748 em Portugal e faleceu em 1808 no Forte de Coimbra. (ANE BRASIL, 2022).

Os portugueses conseguiram se consolidar em território castelhano com a fundação do forte de Coimbra entre os anos de 1770 e 1778, forçando espanhóis a criarem em 1776, o Vice-reinado do Rio da Prata, criando em 1777, os governos militares de Mojos e Chiquitos, que tinham o capitão Barthelimi Verdugo como governador. Isso se deu durante o reinado de Carlos III⁴. Concernente às questões político administrativas, o governo dependia efetivamente da província de Charcas, mas no tocante à instituição militar, eram sujeitos ao governo de Santa Cruz de la Sierra. Nesse sentido, havia a recomendação de garantir a comunicação comercial com o Paraguai, cuidando para manter laços com Cuiabá, uma vez que uma das missões do governo militar era enfrentar “el peligro português”, criando povoados que servissem como barreira que pudessem impedir o avanço dos lusitanos rumos às missões (ANZAI, 2008).

Embora as maiores potências que travavam embates nesse período fossem espanhóis e portugueses, haviam outras nações que mantinham interesse na colônia. Conforme Costa (1999), após ser assinado o Tratado de Santo Idelfonso (que confirmou o Tratado de Madri, devolvendo a ilha de Santa Catarina ao domínio Português e deixando a Colônia do Sacramento e a região dos sete povos com a Espanha em 1777), foi assinado o Tratado de Badajós no ano de 1781, entre Espanha, Portugal e França, tendo por objetivo findar a “guerra das laranjas”, que ocorreu devido a Espanha obrigar Portugal a renunciar sua aliança com a Inglaterra. O tratado de Badajós teve a finalidade de corrigir o Tratado de Santo Idelfonso, possibilitando que Portugal pudesse reaver as Missões e outros territórios de São Pedro do Rio Grande, reestabelecendo a divisão que fora feita 5 décadas antes, no Tratado de Madri.

Em um contexto de descobertas, conflitos por posses de terras e ambição mútua por parte dos colonizadores, Costa (1999) pontua que outros tratados foram criados ao longo dos anos em que as disputas entre portugueses e espanhóis iam se construindo, pois ambos os países queriam deter o domínio total sobre as colônias da América do Sul. A autora ainda informa, que as fronteiras dessas colônias só foram demarcadas definitivamente no século XIX, quando as ex-colônias ibéricas na América haviam se tornado estados.

Segundo a autora, a partir dos tratados entre as duas coroas, é possível ter conhecimento da delimitação portuguesa no espaço da fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso com as terras do oriente da América espanhola, trata-se de Cuiabá, fundada

⁴ O rei Carlos III reinou a Espanha de 1759 a 1788. Seu reinado foi marcado pela expulsão dos jesuítas, confiscando todos os seus bens e posses (IHU, 2014).

em 1719, Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) em 1752, em 1778 foram fundadas Albuquerque (atual Corumbá) e Vila Maria, atual município de Cáceres — que esmiuçaremos mais à diante. No tópico que se segue, abordamos a ligação entre a capitania de Mato Grosso e as missões de Chiquitos.

1.3.2 Chiquitano e espanhóis: flechas envenenadas, conflitos e dissipação

Antes de entrar efetivamente à discussão acerca da relação entre a Capitania de Mato Grosso e as missões de Chiquitos, é importante compreender como esses povos que, tecnicamente, “pertenciam” aos territórios espanhóis, acabaram por ajudar na povoação de terras luso-brasileiras. Meireles, (1989), aponta que à primeira instância, houve amistosidade entre os Chiquitos e os espanhóis. Os primeiros invasores espanhóis que chegaram em 1542 pela região povoada por indígenas Chiquitano em busca do Eldorado, logo perceberam que o empreendimento não geraria tanto lucro quanto sugeriam as expectativas. Desse modo, o interesse se restringia a estarem alocados perto das terras peruanas que eram ricas em ouro e prata.

Após o fracasso do Eldorado e de um certo abandono da região, os espanhóis, assim como os portugueses, mudaram suas perspectivas e passaram a fundar povoados, a fim de tomarem os territórios para si. Passaram, então, a explorar os recursos naturais e mão de obra de indígenas escravizados. Nesse contexto, surgiu o sistema das “encomiendas”, que se constituía em utilizar mão de obra indígena na exploração das minas de ouro de Potosi, além dos trabalhos nas fazendas espanholas que se formavam (BURK, 2000). Segundo Meireles (1989), em 1561, Santa Cruz de la Sierra teve sua primeira fundação pelas mãos do espanhol Nuflo de Chavez. Em meio a esse cenário de “conquista-invasão” espanhola aos territórios chiquitanos, Fernandez (1985), pontua que os Chiquitano resistiam ao domínio que tentava se estabelecer em suas terras. Segundo relatos do autor, defendiam suas terras com suas flechas envenenadas.

Muitos foram os acontecimentos desde a primeira fundação de Santa Cruz de la Sierra em território Chiquitano no ano de 1561. Tomados como “os cruéis chiquitos [...] com suas flechas envenenadas” (DIAZ DE GUZMAN, 1945 – grifo nosso), os espanhóis só conseguiram sucesso em sua invasão quando derrotaram os indígenas, com quem tentaram formar alianças em seguida com o intuito de derrotar outros povos (SILVA, 2007). Após a transferência da cidade para um território à margem do rio Piray, poucos escravos indígenas foram levados, ficando a maior parte em seu antigo território.

Houveram inúmeros conflitos, uma vez que como os indígenas queriam ter acesso às ferramentas trazidas pelos espanhóis e não conseguiam, passaram a saquear os moradores de Santa cruz (MÉTRAUX, 1942).

Drente a essas situações, muitos indígenas se retiraram da região em busca de terras ainda não conquistadas pelos espanhóis, mas ainda teriam que fugir dos portugueses que cruzavam a fronteira em busca de escravos e com a ambição de enfraquecer o domínio espanhol e impedir que avançassem em suas terras (MEIRELES, 1989). “Como resultado dessa invasão pelos europeus, a região de Chiquitos viu o extermínio ou a drástica diminuição das populações que a ocupavam, como efeito de epidemias, matanças e deportações” (SILVA, 2007, p. 55).

1.3.3 Missões de Chiquitos e a Capitania de Mato Grosso

Diante dos conflitos com os espanhóis que os deixaram em um estado difícil, os Chiquitano passaram a ser um alvo fácil do segundo projeto da Coroa espanhola na região de Chiquitania: as missões jesuíticas. Segundo Hoffman, (1979) a recepção dos jesuítas por parte dos Chiquitos tinha a ver com a situação deplorável a qual eles foram submetidos. Após serem pegos pelos espanhóis saqueando Santa Cruz em busca de ferramentas, iniciou-se um cerco de escravidão e maus tratos. “Tal visão é corroborada por relatos de missionários que participaram de sua evangelização [...] seu estado caracterizava-se por uma extrema pobreza e doença” (SOUSA, 2007, p. 58).

[...] os indígenas consentiram a presença dos jesuítas em seus territórios. Logo, os jesuítas representaram para os indígenas uma oportunidade de sobreviver ao regime colonial dos espanhóis e dos portugueses, que condenava os indígenas ao extermínio físico ou à exploração (ARRUDA, 2011, p. 102).

Diferentemente de outros grupos indígenas que ofereceram resistência em relação às missões jesuíticas, aquele grupo específico de Chiquitano viram nessa ação, a possibilidade de ficarem a salvo dos domínios cruéis dos colonizadores espanhóis. Segundo Arruda (2011), as missões foram instaladas mediante a constante ameaça de não aceitação dos indígenas nas “encomiendas” espanholas e das constantes entradas dos

bandeirantes⁵ que vinham em busca de traficar indígenas para servirem de mão de obra escrava para outras regiões.

Tangente às denominadas missões jesuíticas e às missões de Chiquitos, é importante ressaltar que a primeira, designa a ação dos missionários jesuítas em evangelizar os indígenas de diversas etnias. Já à segunda, refere-se aos grupos de indígenas convertidos que tinham a missão de evangelizar aqueles nativos que se recusavam a aceitar os ensinamentos dos jesuítas e, consequentemente, à fé católica.

Conforme informa Silva (2007), o sistema de reduções jesuíticas serviu de proteção aos indígenas que buscavam fugir do sistema opressor imposto pelos espanhóis, visto que esse espaço era protegido das ações administrativas. Como citado anteriormente, os povos hegemônicos visavam utilizar desde a presença do indígena para povoar e trabalhar em “suas” terras, como para persuadir outros nativos a aceitarem à fé cristã. Eram inúmeras as ações tomadas que desaguariam em vantagens que beneficiavam apenas o colonizador. Concernente a isso, Chaves (2011), pondera que uma das vantagens em se trocar a Colônia do Sacramento pelo território dos Sete Povos das Missões, era que nesse segundo, a mão de obra indígena seria utilizada para obter terras de boa qualidade, com a finalidade de plantar e colher alimentos que pudessem sustentar as tropas militares instaladas naquela fronteira.

Não obstante, os trabalhos dos indígenas não se limitavam apenas às atividades mencionadas acima, uma vez que tiveram que atuar como guardiões da fronteira entre Brasil e Bolívia, sendo conhecidos pela denominação “muralhas do sertão”. Para entender essa dinâmica, faz-se necessário ressaltar que o contexto exprimia uma grande tensão em torno dos países europeus que, como citamos em outros momentos, viviam em guerra pelas dominações territoriais. Nesse sentido, Meireles (1989) relata que aos indígenas das missões jesuíticas presentes no território de fronteira, recaiu a responsabilidade de guardarem as fronteiras, servindo, então, de muralha contra as tropas portuguesas que vinham pelo pantanal mato-grossense, em favor dos espanhóis.

No século XVII, a região de Santa Cruz transformou-se em um foco de expedições escravagistas [...] nesse período houve uma das mais graves

⁵ Os Bandeirantes empreenderam várias expedições denominadas de bandeiras. Estas reuniam indivíduos que iam aos sertões coloniais com a intenção de capturar indígenas para uso como mão de obra escrava. Nestas primeiras expedições, o armamento básico utilizado eram arco e flecha (mesmo poderio bélico de muitos indígenas que se intencionava capturar). Por conta de seus propósitos, muitas bandeiras se constituíram como verdadeiras expedições de apresamento. No contexto da União Ibérica (1580-1640), os bandeirantes ultrapassaram os limites do Tratado de Tordesilhas (1494) e ampliaram os domínios portugueses na América (FERNANDES, 2022, (s/p)).

incursões ao reduto jesuítico: uma bandeira vinda de territórios portugueses entrou em terras espanholas aprisionando e escravizando índios. A bandeira havia chegado através do rio Taquari, afluente do Paraguai, onde alcançou a “Lagoa dos Xarayes”, ou seja, o pantanal mato-grossense, e encontrara, a oeste um grupo de Chiquitanos: os Taos e os Peñoquis, que prenderam como escravos. Numa ofensiva da coroa espanhola, com a ajuda de 500 Chiquitanos (Boros, Tabicas, Taucas e outros) armados de flechas puderam deter os portugueses (FERNANDES DA SILVA et all., 1998, p. 25).

Embora a ofensiva portuguesa não tenha tido êxito, colocou em xeque a soberania espanhola. Fazendo-os enxergar os Chiquitano como possíveis aliados estratégicos para lutarem contra os portugueses, uma vez que a Coroa não tinha como enviar tropas regulares que pudessem defender a vasta extensão territorial que abrigava as fronteiras. Moreira da Costa (2000) explica que pressionado pela situação de ataque, o governo de Santa Cruz precisou alterar a dinâmica que circundava a economia da região baseada na escravização de indígenas, ao menos parcialmente. Diante disso, incumbiu ao Jesuíta José Arce a missão de catequizar os indígenas Chiquitos, de modo que não apenas os evangelizasse, mas que os armasse sob o ideal de transformá-los em súditos fieis à Coroa Espanhola. Assim, passou a ter controle e direcionar a política de defesa desse território. Culminando na organização das reduções, expandindo as frontes e contendo as ações de invasores.

Em meio a essa situação de conflito, tanto espanhóis quanto missionários jesuítas, viram-se obrigados a admitir que indígenas da planície de Chiquitos eram de grande valia para seus empreendimentos, ainda mais pelo fato de que os portugueses continuavam tentando atraí-los para seus domínios do outro lado da fronteira. Diante disso, pressupõem-se que a eficiência chiquitana em guardar o território espanhol, bem como seus conhecimentos em agricultura, já tinham chegado aos ouvidos portugueses, fazendo-os ansiar pela serventia dos Chiquitano que, como já vimos neste trabalho, eram um povo repleto de conhecimentos e habilidades.

Segundo Costa (2000) muitos são os registros que destacam a importância do papel que os Chiquitano tiveram na formação da fronteira luso-brasileira, que continuou sob forte disputa territorial entre Brasil e Bolívia. Os portugueses afirmavam o interesse em consolidar as fronteiras de sua colônia, desse modo, puderam estudar o território e identificar os acessos que eram mais favoráveis para cometerem avanços territoriais. Para Meireles (1989), essas ações justificavam que a Capitania de mato grosso fosse independente de São Vicente e a escolha da capital Vila Bela, que estava situada na

margem oriental do rio Guaporé. Essa estratégia por parte da Capitania Geral do Cuiabá e Mato Grosso, abrangia uma vasta região que estabelecia limite com a Capitania do Grão Pará e Rio Negro, e pelo ocidente, fazia divisa com as Províncias de Chiquitos e Mojos e com o Paraguai, estabelecendo um total de 49 mil léguas quadradas.

Nesse ínterim, a relação entre Chiquitano e espanhóis era mediada pelos jesuítas. As missões eram responsáveis por produzirem suas subsistências e ainda gerar excedentes que poderiam ser vendidos, trocados ou doados às missões que não conseguiam produzir seus alimentos. As dinâmicas culturais iam se constituindo da forma como os missionários ensinavam, deixando que restasse alguns aspectos culturais para que não gerasse grande revolta nos indígenas. Mas o principal objetivo continuava a ser a evangelização dos nativos, por meio de celebrações de missas, aproveitando do gosto dos indígenas por arte, dentre outras atividades laborais e de entretenimento (HOFFMAN, 1979).

Após a expulsão dos jesuítas em 1767, pela Coroa espanhola, as missões passaram a ser administradas pela colônia, no entanto, essa nova “chefia” (os curas) não tinha os mesmos cuidados e intenções desenvolvidos pelos missionários, fazendo com que alguns indígenas voltassem para seus antigos territórios e a viverem conforme viviam antes da chegada dos colonizadores e missionários. Outros ainda tentaram continuar, porém os conflitos com a nova administração acabaram por repeli-los. Uma das situações mais difíceis se deu em relação à saúde dos indígenas, que era de responsabilidade dos jesuítas. Tendo seus cuidados médicos negligenciados, as doenças se alastravam entre as missões, uma vez que as muitas doenças trazidas pelos colonizadores afetavam diretamente os indígenas. Essas situações levaram muitos indígenas a migrarem para o lado português (HOFFMAN, 1979). Veremos mais acerca da vida dos Chiquitos em terras brasileiras no capítulo 3, ao abordarmos sobre o papel desses povos na povoação de Vila Maria do Paraguai.

Na subseção seguinte, tecemos uma apresentação mais aprofundada acerca do povo Chiquitano, a fim de informar, mas também, de atribuir um lugar de destaque a história dos povos que tomamos como colaboradores desta pesquisa.

CAPÍTULO 2 – CHIQUITOS OU CHIQUITANO: QUEM SÃO?

Com a chegada dos colonizadores na América do Sul, os indígenas foram fortemente impactados. Sofreram sob um violento regime de aculturação, culminando na perda de muito das suas culturas, línguas, costumes e tradições; ressaltando, ainda, as doenças trazidas pelos colonizadores. Além desses infortúnios, foram privados de qualquer tipo de direitos ou respeito, sendo tratados como nativos, ignorantes, cujas suas especificidades se pautavam em apenas duas categorias: dóceis ou bravos.

Concernente a isso, Hill (1996), informa que as histórias de indígenas e europeus se entrelaçaram, ainda que não de uma forma positiva. Havia inúmeros povos indígenas distintos que foram definidos, apenas, como índios, sendo privados de toda a sua diversidade. Coadunando essa concepção, Silva; Costa (2018), acrescentam que essa diversidade, que é inerente aos indígenas, pode ser tomada como sociocultural. Trata-se de sociedades com saberes e organizações distintas que não devem ser entendidas sob apenas um aspecto. Nesse sentido:

Respeitá-la é importante, não porque deva interessar aos não índios “preservar” as culturas indígenas - algo impensável quando se percebe as culturas perpetuamente ressignificadas e reelaboradas pelos grupos humanos -, mas porque esse respeito interessa, sobretudo, às próprias sociedades indígenas. Além disso, o reconhecimento da diversidade é uma marca das democracias e da educação para a cidadania (SILVA; COSTA 2018, p. 18).

Evidenciado o respeito à diversidade sociocultural indígena neste trabalho, ressalta-se a necessidade de apresentar o povo que tomamos como colaboradores desta pesquisa: Os Chiquitano. Neste capítulo, buscamos apresentá-los historicamente, de modo a contar como se deram as relações com os colonizadores e catequizadores desde o Brasil Colônia, como forma de entender sua importância, sem esquecer sua representatividade e importância em todo esse processo colonizador, evidenciando sua pluralidade.

2.1 UM POVO ANCESTRAL

Antes de ocorrer a colonização, as terras que, posteriormente seriam colônias, eram habitadas por diversos povos indígenas. Segundo Charupá (2002), Pantanal e a região de Chiquitania, essa última localizada em região de planície na América do Sul, entre o Chaco e o Amazonas, abrigava muitos desses povos, especialmente os Chiquitos. Segundo o autor, antes de haver a expansão colonial, havia mais de cinquenta povos indígenas com línguas e culturas diferentes na Chiquitania. Já no Pantanal, Schmitz et al. (1998), informam que essas sociedades se caracterizavam como pescadoras-coletoras-caçadoras que buscavam nas abundantes flora e fauna, suas subsistências.

Os Chiquito eram um dos povos indígenas mais numerosos da região, detinham conhecimento para uma agricultura desenvolvida, superioridade militar e possuíam conhecimentos de plantas venenosas para utilizar contra possíveis inimigos. Após a chegada da Companhia de Jesus e a disseminação da língua Chiquita por todos os indígenas das missões, as etnias chiquitas passaram a ser conhecidas por Chiquitanos, e foram fortemente envolvidos à fé católica (ARRUDA, 2011).

Os primeiros relatos acerca dos Chiquitano foram escritos por Hernandez (1852), relator da expedição de Cabeza de Vaca, que em viagem no ano de 1543, encontrou indígenas com objetos de ouro e prata, afirmado “que los índios se llaman tarapecicies, los cuales tienen bastante bastimentos” (HERNANDEZ, 1852, p. 588). Conforme Silva (2007), além dos povos Tarapecicies, mencionados por Hernandez, havia, também, os Tobacicosis ou Tibicicosis, todos localizados ao sul da província de Chiquitos, provavelmente, falavam a língua Chiquitana, uma vez que os indígenas Guarani que acompanhavam a expedição, não compreendiam seus falares.

Além disso, possuíam flechas envenenadas, característica que mais à frente, será identificada como pertencente aos Chiquitano, visto que eram um povo que possuía conhecimento de ervas medicinais. E utilizavam essas ervas que possuíam propriedades venenosas contra seus inimigos. “Trata-se da planta ictiófaga do gênero *Serjania* (Sapindaceae) (FERNANDES, 1896, p. 43 *apud* SILVA, 2007, p. 44). Nesse viés, Arruda (2011, p. 41), corrobora essas informações, ao dizer que:

Na Chiquitania, a expedição de Nuflo de Cháves encontrou-se com o grupo indígena chamado “tapuymire, gente mucha y belicosa y señores de yerba” (CHÁVEZ E SALAZAR, 2008 [1560], p. 53-54). Conforme Freyer (2000, p. 19), o conquistador Francisco de Ribera, que participava da expedição de Alvar Núñez Cabeza de Vaca, encontrou com os indígenas *Tarapecoci* na Chiquitania por volta de 1543. Ribera (1962 [1555], p. 305-311)²⁷ relata que esses indígenas possuíam

objetos de ouro e prata que, provavelmente, conseguiam por meio de trocas com as povoações andinas (ARRUDA, 2011, p. 41).

Nesse sentido, Meireles (1989) destaca que o povo Chiquitano é resultante da junção de vários outros povos, entre eles os Kuruminakas, os Otukes, os Kurivés, os Saravekas, os Paikonekas, os Samucos, entre muitos outros. A nomenclatura “Chiquito” foi atribuída aos indígenas da região de Chiquitania por meio do contato com os europeus. “Chicos” significa “pessoas pequenas” ou “de baixa estatura”. Segundo estudos de Freyer (2000), essa nomenclatura pode ser derivada do Guarani, “tapuy-miri”, que significa “pequenos inimigos”, e que traduzido, significa “chiquito”. Outra versão, é que tenha surgido por meio dos espanhóis, “porque las entradas de sus chozas eran tan pequeñas y bajas que solo se podía llegar al interior de cuatro patas” (FREYER, 2000, p. 27).

Além dessas versões, podemos conjecturar que a nomenclatura “Chiquitos”, usada para designar os povos indígenas que habitavam a Chiquitania, pode derivar apenas do próprio nome da região, como uma espécie de gentílico “Chiquitania = Chiquito. Independentemente da real história por trás do nome dos Chiquitos, Arruda (2011) informa que foi por esse nome que os indígenas passaram a ser reconhecidos e identificados tanto no convívio da época, quanto em documentos produzidos pelos missionários jesuítas.

Em relação à vida chiquitana antes da colonização, podemos dizer que viviam muito bem da forma que se organizavam. Métraux (1942) informa que eles viviam de agricultura por meio do plantio de mandioca, milho, amendoim, tabaco, dentre outras coisas. Após a chegada dos europeus, passaram a cultivar, também, cacau e arroz. Eram nômades, talvez devido às condições da agricultura praticada, que era rotativa, ou seja, após o desgaste do solo com os plantios, eles se mudavam para outros locais para que pudessem recomeçar seus plantios. Segundo os relatos do autor, não é especificado os detalhes dos processos de agricultura, sabe-se, apenas, que a partir do mês de agosto, ao findar o período de caça e de pesca, os Chiquitano começavam a trabalhar nos campos (SILVA, 2007).

A organização familiar era bem parecida com aos demais povos, a caça era responsabilidade dos homens, que deixavam suas mulheres e crianças nas aldeias e iam caçar nas matas. Os relatos de Hernandez (1852) apontam que alguns possuíam características sedentárias e guardavam bastante porções de alimentos, além de criarem porcos e galinhas. Os relatos não apontam grandes preocupações dos Chiquitano em

relação à arquitetura, diz-se, apenas, que suas casas eram simples e construídas em pouco tempo. As casas eram baixas, com portas muito pequenas. As aldeias tinham espaços masculinos, eram as chamadas “casas dos homens”, que serviam como abrigo aos garotos durante a puberdade. Eram construções ceremoniais, com portas abertas e que recebiam pessoas para festejar.

Tratava-se de uma espécie de preparo, uma vez os adolescentes iam para a “casa dos homens”, cortavam seus cabelos e se preparavam para o casamento. Enquanto isso, as famílias das noivas, precisavam ser conquistadas, ou seja, o jovem indígena tinha que provar sua força e habilidade com a caça. Grandes caçadores traziam orgulho para o grupo (Métraux, 1942). Esses rituais são muito comuns para os povos indígenas. Na região Amazônica, por exemplo, há um povo indígena denominado *Sateré-Mawé*, onde eles realizam o “Ritual da Tucandeira”, que consiste em o menino adolescente colocar suas mãos em luvas de palha cheias de formigas tucandeiras que possuem ferrões enormes que causam muita dor ao ferroar o ser humano. Então, eles devem ficar com as mãos na luva por um tempo estipulado enquanto os outros cantam e dançam ao redor. Se o garoto conseguir aguentar o tempo estipulado, então ele se torna um homem adulto.

A aparência dos Chiquitano também foi retratada. Eles enfeitavam seus corpos com pinturas corporais. Conseguiam a cor vermelha através da fruta *ucucum* e faziam desenhos e formas diferentes para marcar seus papéis nas aldeias. Os homens perfuravam os lábios inferiores e as orelhas. Mulheres e homens tinham cabelos até os ombros e prendiam à nuca (KNOGLER, 1945 *apud* HOFFMAN, 1979). Em relação as religiões dos Chiquitos:

“son brutos y se diferencian de otros bárbaros, pues no hay nación por inculta y bárbara que sea, que no reconozca y adore alguna deidade; pero estos dan culto a cosa ninguna visible ni invisible, ni aun al deminio, aunque lo temen”. (FERNANDES, 1896, pp. 58-59 *apud* SILVA, 2007, p. 45).

Segundo Silva (2007), os Chiquitanos adoravam elementos da natureza, faziam rituais para seus mortos e tinham feiticeiros como entidades que faziam a ponte entre eles e os deuses. Cabia ao Xamã, a incumbência de cuidar dos enfermos e prevenir doenças. Embora houvesse todo um sistema entre eles que funcionava, com a chegada do colonizador, tudo o que eles conheciam como vida, cultura e religião, perdera-se. Para Arruda (2011), apesar da chegada em massa dos colonizadores nas terras dos indígenas Chiquitano, eles tiveram mais contato com o branco por meio das missões jesuíticas.

2.2 OS LIMITES TERRITORIAIS E A DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS CHIQUITANO

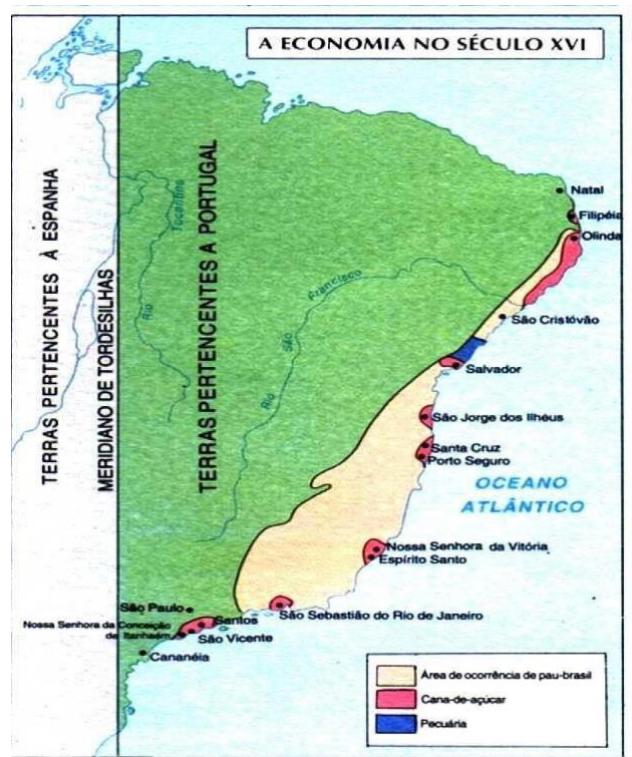
Antes de adentrarmos aos detalhamentos inseridos na história acerca dos Chiquitano e de toda a dinâmica que emergiu após a chegada dos colonizadores na América do Sul, é necessário relembrar que os indígenas que por esses lados residiam, eram os proprietários da terra e que, por meio de muita injustiça, foram-lhes outorgados papéis de subserviência e marginalidade. Na esteira dessa discussão, Silva (2008) aponta que o léxico “Chiquitano” se refere ao amalgamento de inúmeras nações indígenas, ou seja, esses povos não eram bolivianos ou brasileiros ou estrangeiros de um território para outro, eles pertenciam a esses lugares antes das ocupações portuguesas e espanholas durante o período colonial.

Portanto, antes da chegada dos portugueses, esses povos ocupavam as margens do rio Guaporé no Brasil, até as planícies bolivianas. O povo constitua-se num continuum e a fronteira geopolítica tratou de transformar em estrangeiros povos que viviam comprovadamente nessa região, há muitos séculos a divisão territorial transformou-se em dois países: O Brasil e a Bolívia. (SILVA, 2008, p. 129).

A demarcação que divide os atuais territórios de Brasil e Bolívia é fruto de muitas disputas políticas e econômicas entre as nações de Portugal e Espanha no período colonial, que depois de muitos Tratados e embates, estabeleceu-se que Bolívia seria território da Coroa espanhola e o Brasil seria da Colônia Portuguesa — disso decorre o fato de que, no Brasil, falamos português, enquanto na Bolívia, fala-se o espanhol ou castelhano. Nesse sentido, as missões que foram desenvolvidas pelos missionários e que, posteriormente, seriam denominadas Missões de Chiquitos e Mojos possuía um regime próprio outorgado pelo Rei Carlos V⁶ de Espanha. A fim de situar o leitor acerca desses territórios, apresentamos os mapas abaixo. Trata-se referem-se do período em que essa região era toda da Espanha, ou seja, estava sob o regime do Tratado de Tordesilhas no ano de 1492.

⁶ Príncipe dos Países Baixos e rei da Espanha, Carlos V era filho de Filipe, o Belo, arquiduque da Áustria, e de Joana, a Louca, rainha de Castela. Nasceu em 24 de fevereiro de 1500 em Gante (Bélgica) e faleceu em 21 de setembro de 1558, no Monastério de Yuste, Espanha (BIOGRAFIAS, 2008, s/p).

Figura 3 - Mapa da América Portuguesa do Brasil do século XVI, quando vigorava o Tratado de Tordesilhas de 1492.



Fonte: <https://bit.ly/3hoLbsG>.

Figura 4 - O Regio de Brasil em 1562. (Fragmento do Mapa da América (Diego Gutiérrez)).



Fonte: <https://bit.ly/3Ftma7p>.

O mapa 2 é um fragmento do desenho da América elaborado por Diego Gutiérrez e publicado em 1562. De acordo com a imagem, é possível ver o trecho da costa brasileira, então Régio de Brasil, destacando detalhes como o grande Rio da Prata era formado pelos rios Paraná e Paraguai. Com o início da Missão de Chiquitos em 1692, ainda sob domínio espanhol, o trabalho da missão era, primordialmente, cristianizar os indígenas para que pudessem se sentir “civilizados”. Após o Tratado de Madri em 1750, os jesuítas foram expulsos de todos os territórios colonizados pelos portugueses e espanhóis porque tinham posições de vínculo com os indígenas. As primeiras Missões foram destruídas ou tomadas pelos colonos, que sedentos por espaços que lhes garantissem riquezas, escravizaram os indígenas das missões.

O processo de desterritorialização do povo Chiquitano iniciou após a saída dos curas, que cedeu lugar ao governo militar nos *pueblos*, ou seja, o governo “teocrático”. Tratava-se de um governo laico formado por militares e governadores civis, com a nítida intenção de proteger o território do avanço lusitano. Sobre isso, a Corte de Madri tinha ciência acerca do risco oferecido pela marcha dos lusitanos até o Oeste, de início aproveitando e depois reivindicando territórios pertencentes legalmente à Coroa Espanhola — a região de Chiquitania. Diante disso, Meireles, 1989, p. 151-152, informa que:

devido estar situada em uma região de fronteira, a população da Gran Chiquitanía, tanto espanhola quanto portuguesa, esteve motivada para a defesa territorial”. (...) “A caça ao índio e a sua escravização foram ações fundamentais para a conquista e ampliação do território brasileiro.” (...) “Certamente os índios, Chiquitanos, se associaram por diversas vezes, ora aos espanhóis, ora aos portugueses.” (...) “É certo que ambas as Cortes dependiam das sociedades indígenas como guardiões naturais da fronteira.

A esse respeito, vemos que os indígenas precisaram agir conforme as situações iam se delineando, como estratégia de sobrevivência, buscavam servir a quem oferecesse alguma condição para que pudessem resistir. Não se trata, ao nosso ver, de alianças, mas sim de servidão, uma vez que não foram escravizados apenas pessoas que vinham da África⁷. Nesse ponto, queremos reiterar, que não é nossa intenção retratar os indígenas

⁷ Por muito tempo, foi disseminada a ideia de que apenas as pessoas vindas da África sofriam com a escravização. No entanto, por meio de pesquisas e fontes historiográficas, como as que mobilizamos neste

como “coitados”, mas sim, relembrar sempre, que foram vítimas de injustiça, violência e desrespeito. Trata-se de uma forma de lavar o rosto de uma história outrora maquiada.

Nesse viés, a reflexão proposta até aqui, bem como as imagens (mapas) ilustradas nesta pesquisa, remete-nos à ideia de que toda a área conquistada por portugueses e espanhóis, deu-se em detrimento das sociedades indígenas, que quando não eram dizimadas, tinham apenas como meio de sobrevivência a rendição, ou então a fuga para locais isolados, movendo os grupos sobreviventes na fronteira. O povo Chiquitano, em meio a todos esses contextos de lutas e movimentos migratórios, sobreviveu, porém, sofreu perdas irreparáveis. Diante do supracitado, SILVA (2008, p. 34) relata que “os Chiquitano conseguiram sobreviver, mas a custo de pressões muito fortes e muitas perdas, tais como a de sua língua e de suas terras”. A autora ainda aprofunda suas análises em torno da perda da identidade dos Chiquitano durante todo esse processo, em que para ela:

os Chiquitano [...] passaram a adotar, pelo menos em sua maioria, e com maior positividade, uma identidade de índios, claramente em resposta às pressões de seus vizinhos fazendeiros e dos políticos que se envolveram na negação de seus direitos às terras. Nesse processo então se observa a formulação de duas novas identidades: a de índios e a de regionais que passam a acreditar que fazem parte de um todo mais amplo, a nação brasileira. (SILVA, 2008, p. 35).

Nessa direção, percebemos que houve um conflito e uma divisão entre o povo Chiquitano quanto a identidade decorrente de um vaivém envolvendo questões de inter-relações e negócios. Como forma estratégica de manter os indígenas passivos, havia a necessidade de fazê-los sentir-se, ou ao menos, pensar que faziam parte daquele sistema social. Para isso, um processo de aculturação em massa precisava ser iniciado. Não se tratou apenas de um processo de territorialização geográfica, cujos colonizadores passaram a ser os “donos” das terras que eram suas, mas uma territorialização identitária também. Nesse bojo, Alda Souza (2009, p. 22) destaca que:

Este movimento indígena resultou dos choques culturais entre as sociedades indígenas e a sociedade boliviana, quando esta passou a ocupar o território dos povos nativos e os forçou a uma vida de servidão. Não foi um movimento localizado, desde o século XIX existia essa movimentação dos povos da região.

estudo, percebemos que os indígenas também sofriam com esse regime escravo, diferenciando-se em alguns aspectos do regime imposto aos africanos escravizados. Conferir (Malheiros, 1867).

De acordo com o mencionado acima, a autora nos mostra que a movimentação dos indígenas na região da fronteira não ocorreu uma vez, mas sim por um longo tempo, resultando em conflitos culturais entre os indígenas e a sociedade boliviana em detrimento de terem tido seu território ocupado e serem ainda submetidos à servidão. A respeito do processo de dominação dos Chiquitano:

O sistema de dominação instituído pelo Estado Nacional contra os Chiquitanos não destruiu suas formas de organização e resistência. Esse povo indígena conseguiu atravessar mais de dois séculos sendo espoliados, com extrema violência, dos seus recursos naturais e de sua força de trabalho. Resistiram às guerras, epidemias e à escravidão, conservando os referenciais simbólicos e culturais com os seus territórios tradicionais. Aliás, eles continuam a percorrer seus territórios, a despeito das políticas de integração e solidificação da fronteira nacional (SOUZA, 2009, p. 25).

Como existiam diferentes grupos, há que se considerar que a formação dos Chiquitano foi advinda da miscigenação de diversificadas populações indígenas. Diante dessa premissa, é importante ressaltar a discussão que circunda os termos “território” e “territorialidade” em uma escala global e, também, para os indígenas no período que abordamos neste trabalho, ou seja, o período colonial. Em se tratando da individualidade de cada sujeito, é importante mencionar que há duas formas de olhar e entender os termos território e territorialidade. A esse respeito, Milton Santos disserta que:

a linguagem cotidiana frequentemente confunde território e espaço. Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence. Esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem. (SANTOS, 2006, p. 19).

Nessa linha de pensamento, consideramos a territorialidade dos seres humanos consolidada por meio das relações que vão se construindo no dia a dia. Nessa direção, o autor acrescenta que no sentido mais restrito da discussão, o território seria o nome político utilizado para designar o espaço de um determinado país, em que, naturalmente, a existência de um país pressupõe um território, ou seja, onde esse país se situa. Porém, ele traz à luz a noção de nação, tendo em vista que nem sempre a existência de uma nação

está ligada a um território, muito menos a um Estado, ainda que seja praticamente impossível se referir a um estado sem que haja um território.

Diante do que descreve o autor, entendemos que essas linhas físicas, que também são tidas como limites políticos, ou seja, fronteiras que separam as áreas geográficas, podem ser compreendidas como territorialidade, imbuídos de conflitos, movimentos, disputas e consensos. Para isso, é necessário um olhar mais sensível a respeito da questão, uma vez que, para os indígenas, a posse das suas terras estava diretamente ligada ao sentimento de pertencimento a ela, ou seja, a uma noção de nação, ainda que de forma velada ou não entendida por eles mesmos naquela época.

A relação do indígena com a sua terra sempre foi permeada pela ideia de cultivar aquilo que o faz sobreviver. É da terra que o indígena sobrevive, pescando, caçando, plantando, colhendo e levantando suas casas, desse modo, pode-se dizer que para o indígena, a terra é algo sagrado, o seu espaço sagrado. Se paramos para pensar um pouco, logo constataremos que nenhum grupo social deseja ver o que considera ser seu espaço, invadido por outros grupos que, muitas vezes, buscam dominar e impor suas próprias condutas territoriais sem desejar defender seu território.

A esse respeito, Raffestin (1993) pondera que a territorialidade está ligada a um fenômeno de origem psicológica, constituindo dimensões sociais e políticas que são afetadas à medida em que ocorre o movimento entre organizações que disputam um determinado espaço, nesse sentido, as percepções do sujeito em relação a si mesmo e aos papéis que desenvolve no interior de uma dada organização que participa da disputa, passam a girar em torno de uma ação social. A esse respeito, Canuto (2022) infere que “a noção de território vai além da noção de um espaço físico terreno, tornando essa discussão plausível no que concerne as práticas sociais[...]”. Diante dessa discussão, percebemos a complexidade que permeia a palavra território, sendo compreendida como “sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma [...] uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 323 *apud* CANUTO, 2022, p. 86).

Diante dessas reflexões, a territorialidade é tomada, também, como algo que indica às identidades coletivas, ligado a um contínuo processo de desterritorialização. Nessa direção, pode-se compreender que o território é de suma importância para os indígenas, pois estes encontram em suas terras, razões para se sentirem sujeitos, produzirem com liberdade para sua própria subsistência, e implica, ainda, uma relação espiritual com o seu território, onde tudo é sagrado. A sua retirada desse território

ocasiona muito sofrimento ao indígena. Nesse viés, está marcado na história que o povo Chiquitano, mesmo em condições terríveis de dominação impetrado pelo estado nacional boliviano, em um processo histórico marcado de perdas culturais que toleraram e pela servidão a qual foram submetidos, permaneceram resistentes e lutando pelo seu território natural.

2.3 CATEQUIZAÇÃO: PROTEÇÃO E ACULTURAÇÃO

A região conhecida como Chiquitania era extensa e se situava em território boliviano. Segundo informa Arruda (2011), a conquista europeia não está desvinculada de inúmeros fracassos dos espanhóis antes de tomarem essas terras. Como a autora discute, o termo “conquista” implica na posse de um objeto, território, pessoa ou grupo de pessoas – no entanto, muitos povos indígenas resistiam bravamente não só à dominação espanhola, como, posteriormente, à dominação portuguesa.

Figura 5 - Mapa 3: Mapa de Território Chiquitano.



Fonte: <https://bit.ly/3URdEVU>.

A instalação dos portos, povoados e cidades nas margens do rio Paraguai ocorreu por meio de conquistas e de fracassos. De acordo com Franzen (1999, p. 44), depois da expedição comandada por *Don Pedro de Mendoza*, em 1536, pelo rio da Prata, o trecho do litoral entre São Vicente (Brasil) e Buenos Aires permaneceu despovoado, principalmente, pelo fato de que esse primeiro ensaio de povoamento

no rio da Prata fracassou, devido aos constantes ataques dos indígenas (ARRUDA, 2011, p. 81).

O processo de catequização não mudou apenas o nome pelo qual os Chiquitano eram identificados, modificou suas formas de falar, de vestir, de se organizar em sociedade e até de pensar. Como exposto no capítulo anterior, os trabalhos desenvolvidos pelos jesuítas são alvo de admiradores e detratores, uma vez que, por meio de suas ações, havia certo cuidado e proteção para com os indígenas, no entanto, o desenvolvimento dessas práticas abarcavam, também, a aculturação desses povos. Neste ponto, queremos elucidar as atividades catequéticas, bem como as ações que culminaram num dos maiores processos de aculturação de que se tem notícia.

Durante todo o século XVI, expedicionários europeus se arriscaram pelo *Río de la Plata* fomentados pela riqueza do famoso *El Dorado* nas minas do Peru e de Potosí. Outros se arriscaram pela conquista e salvação das almas indígenas, conhecidos como missionários. Os primeiros missionários enviados para a Província do Paraguai foram os mercedários, os franciscanos, os carmelitas e os jesuítas. Assim, os conquistadores e os missionários europeus almejavam duas conquistas: o ouro e a prata ou as almas indígenas. Dessa forma, associa-se uma *conquista pelas armas* a uma *conquista espiritual*, pois, junto com os europeus ou após a chegada desses conquistadores, vinham os missionários, que visavam a civilizar e evangelizar os grupos indígenas (ARRUDA, 2011, p. 88).

Antes da chegada do branco, os indígenas viviam sob uma organização que, se pode dizer: funcionava. Nesse sentido, Os Chiquitano tinham suas atividades de caça, pesca, plantio, divertiam-se como podiam naquela época e tinham até conflitos com outras etnias indígenas, ou seja, não havia discrepância significativa da forma organizativa da sociedade europeia que, a essa altura, já tinha passado por guerras. Notadamente, conflitos entre povos não caracterizava os indígenas como bárbaros, uma vez que os brancos também tinham esses comportamentos. A esse respeito, Silva (2007), pontua que nas aldeias chiquitanas, eles mantinham bons relacionamentos entre si. Havia festas de chicha⁸, realizadas para resolverem conflitos e ofensas que poderiam ter ocorrido anteriormente.

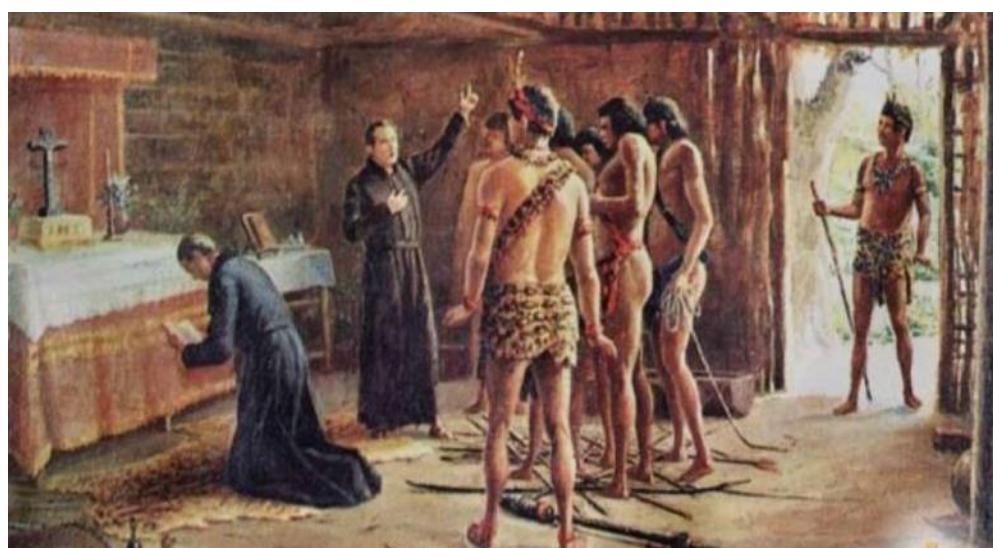
As festas eram importantes para os Chiquitano, possuíam uma rotina que lhes dava tempo para a diversão, passeios e festividades, com direito a bebida fermentada de milho. Quando chegavam visitantes, alojavam-se na casa dos homens e organizavam festas que

⁸ Bebida tradicional indígena feita a partir de milho fermentado.

duravam 3 dias, e, depois, jogavam bola com a cabeça (FERNÁNDEZ, 1895). Segundo SUSNIK (1968), os Chiquitos eram conhecidos por sua grande animação e comemoração. Aspecto esse, que logo foi identificado como algo que deveria ser erradicado pelos jesuítas. “Son entre muy frecuentes los convites á beber la chicha [...] cólera y venganza provocaba á aquellos bárbaros, que se enfurecian y exasperaban tanto”. (FERNÁNDEZ 1895, p. 31). O relato acima refere-se a como os indígenas agiam quando os convidados tentavam acabar com suas festas. Se por um lado, os Chiquitano se apresentavam festeiros e animados, por outro, eram considerados coléricos, sendo caracterizados em alguns registros históricos como “belicosos”, ou seja, propensos a guerras. Isso se evidencia pelo uso que faziam de ervas envenenadas nas pontas de suas flechas como estratégia para se protegerem de inimigos. Segundo Métraux, (1942), as aldeias eram cercadas com paliçadas e espinhos, usados para evitar a invasão de guerreiros inimigos.

Esse conjunto de características foi suficiente para que os missionários quisessem converter os nativos da terra, uma vez que suas atitudes diferiam da fé católica. Começara, dessa forma, o processo de catequização, cujos indígenas deveriam abdicar das suas crenças em prol de uma salvação no deus cristão, conforme pode se observar nas imagens abaixo.

Figura 6 - Obra de Benedito Calixto Anchietas e Nóbrega — na cabana de Pindobuçu.



Fonte: <https://commons.wikimedia.org>.

Por meio das figuras 4 e 5, é possível ter alguma ideia de como ocorriam esses processos de evangelização. Os missionários montavam seus altares e pregavam o evangelho como achavam que deveria ser. Na imagem 1, é possível perceber os indígenas olhando a espécie de ritual realizado pelos missionários. Vestiam-se com poucas roupas

e adornos de penas, e levavam, em suas mãos, arcos, flechas e lanças.

Figura 7 - Quadro representando os jesuítas na catequização dos índios. Obra de Antônio Parreiras, 1913, hoje parte do acervo da Pinacoteca.



Fonte: <https://bit.ly/3uS16m8>.

A figura 5, retrata um altar erguido ao ar livre. Enquanto um missionários preside a celebração, os outros homens brancos estão ao redor acompanhando. No entorno do local em que se passa a missa, é possível ver indígenas posicionados mais distantes, observando de longe o que se passa naquele momento. E assim, dentre outras ações, os missionários jesuítas foram disseminando a fé católica aos indígenas.

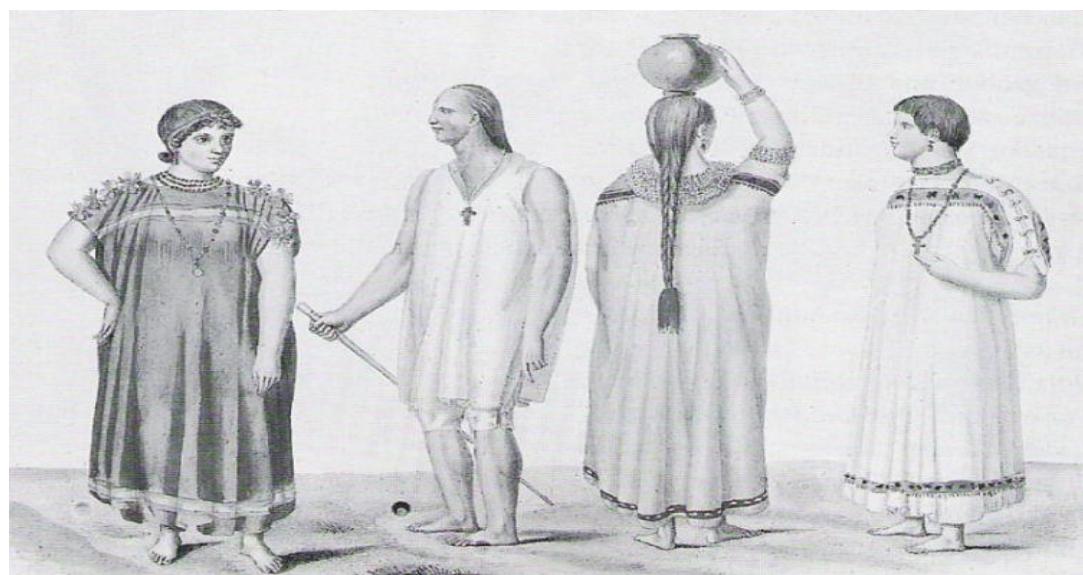
Para Castro; Silveira (2016), a Companhia de Jesus conseguiu criar e fazer funcionar o projeto catequético por meio de estratégias e práticas educativas que se ligavam intimamente com o conceito de civilidade que vivia a Europa nesse mesmo momento. Embora os missionários tenham feito esse projeto funcionar, havia a dificuldade em fazer com quer todos os indígenas acatassem suas ordens com base nos entendimentos que possuíam. Segundo Arruda (2011), instalar as missões na região da Chiquitania e iniciar a evangelização dos indígenas não se deu de forma pacífica, uma vez que “reduzir os indígenas a um novo sistema colonial, em que distintos grupos étnicos conviviam num mesmo espaço com a sociedade europeia, não foi um trabalho fácil e muito menos amistoso” (ARRUDA, 2011, p. 102).

Neste ponto, faz-se necessário recapitular o contexto histórico citado anteriormente acerca do domínio espanhol sobre a região de Chiquitania. Embora a situação dos indígenas estivesse complicada devido o projeto das “encomiendas”, e eles vissem nas missões um reduto para que pudessem ficar “seguros”, os missinários

precisavam continuar com as estratégias para mantê-los alí: prestando “serviços livres, vivendo em povoados estáveis e sob a supervisão constante dos padres, que velariam pela sua ‘catequização e civilização’”(ARRUDA, 2011, p. 100). Nessa direção, os padres “garantiam a obediência dos índios pelo medo, frente aos castigos divinos, causadores de desgraças individuais” (SOUZA, 2007, p. 63).

Na imagem abaixo, é possível perceber a diferença dos Chiquitano apresentados nas imagens 4 e 5. Após a conversão ao catolicismo, houve a mudança em suas vestes, o colar de cruz que carregavam em seus pescoços e, também, em suas ações e comportamentos.

Figura 8 - Chiquitanos por d'Orbigny.



Fonte: <https://journals.openedition.org>.

Mas as mudanças não foram apenas na apariência dos indígenas, embora não tenham mudado por completo com as missões, há relatos que inferem a deixada de algumas atitudes que, mais tarde, precisariam ser retomadas novamente. Nesse sentido, Hoffman (1979) informa que a aceitação dos jesuítas por parte dos indígenas se deu devido à situação com a qual se encontravam, de forte perseguição dos espanhóis com o projeto das “encomiendas”, doenças e pobreza. Nesse sentido, as missões encabeçadas pelos chiquitos recém convertidos denominadas “Missões de Chiquitos” revelou uma situação inusitada.

Os trabalhos sobre esse período citam que as reduções serviram de proteção para índios, que fugiam do sistema colonial imposto pelos

espanhóis, uma vez que, nesses lugares, a administração colonial não podia intervir. O sistema reducional previa o que os jesuítas chamavam de “caça as almas”, que consistia em excursões em que iam à mata em busca de índios isolados para trazê-los ao sistema evangelizador. Para atraí-los, os jesuítas ofereciam proteção e presente na forma de ferramentas e ferro, muito apreciadas. Em outros casos, eram capiturados à força. Os chiquitano foram muito usados como guias nessas expedições (SOUZA, 2007, p. 57).

De acordo com o que foi explicitado, alguns povos indígenas recusavam-se a ser catequizados e viviam escondidos em seus territórios, muitas vezes conhecidos por aqueles indígenas que já estavam sob o domínio dos missionários. Diante disso, muitos Chiquitano convertidos acabavam morrendo ao serem atacados por aqueles que se recusavam a ser catequizados. Nesse sentido, Hoffman (1979) informa que a conversão dos Chiquitano passou por um processo de “pacifismo fanático”, visto que, ao serem ensinados pelos jesuítas a deixarem sua natureza belicosa, desaprenderam a se defender de possíveis ameaças.

O autor supracitado, ainda informa que os missionários tiveram que ensiná-los novamente a usarem seus arcos e suas flechas, de modo a encorajá-los a retomarem seus espíritos de valentes guerreiros para que pudessem se defender em caso de ataque. Nesse viés, pressupõe-se que essa ação foi fundamental para que, mais tarde, os indígenas Chiquitano, pudessem atuar como protetores das fronteiras, como vimos anteriormente.

Como visto até aqui, alguns povos Chiquitano conseguiram se estabelecer sob o domínio português enquanto tinham certa proteção dos missionários jesuítas, embora muitos tenham optado por não serem catequizados e conseguiram fugir, muitas foram as vidas perdidas em conflitos com os povos europeus e até mesmo entre diferentes povos indígenas, uma vez que Chiquitano não se resumia a apenas um grupo de indígenas, mas sim, diversos grupos étnicos que viviam em Chiquitania. Até esse ponto, foi possível perceber que, embora aculturados, os jesuítas zelavam pela saúde e bem-estar dos indígenas, numa certa troca de favores, visto que, os indígenas trabalhavam para os missionários em troca de proteção.

Na subseção a seguir, veremos o processo que se deu para que os Chiquitano passassem do domínio espanhol para o domínio português, e como essa ação desencadeou a povoação de Cáceres majoritariamente por indígenas Chiquitano.

2.4 A TROCA DE TERRITÓRIO

Conforme Charupá (2002), a Chiquitania estava disposta geograficamente nas terras baixas do oriente da Bolívia, cujo território fazia fronteira com a capitania portuguesa de Mato Grosso. Esse território abrigava mais de uma centena de povos indígenas antes da chegada dos colonizadores europeus. Em outras palavras, essa terra era propriedade dos indígenas Chiquitano antes de serem invadidas pelos brancos.

A esse respeito, o autor informa que pelo final do século XVII, um pouco mais de 50 etnias foram aldeadas por meios das reduções missionárias desenvolvidas por missionários espanhóis, dessa forma, foram acoplados sob um único nome: Chiquitos, posteriormente, Chiquitanos. Como vimos anteriormente, as missões tinham um viés espiritual, mas também político, uma vez que era interessante aos espanhóis manterem o espaço geográfico que queriam possuir povoados, e como não havia pessoas brancas suficientes para atingir tal objetivo, os indígenas foram usados estratégicamente.

A permanência pacífica dos indígenas em terras que eram suas, mas que foram tomadas pelos espanhóis, só era possível devido a presença dos missionários jesuítas. Porém, conforme Charupá (2002), após a retirada dos jesuítas em 1767, a relação entre indígenas e espanhóis passou a ser insustentável, uma vez que a administração colonial não se importava com o bem-estar dos indígenas, ocasionando na migração dos Chiquitano para o outro lado da fronteira. Conforme aponta Meireles (1989, p. 165) em seus estudos, “a fuga de índios para o lado português aumentou consideravelmente durante o governo de Luiz Albuquerque de Melo e Cáceres, que substituiu o governador da Capitania de Mato Grosso, Luiz Sousa Coutinho em julho de 1771, a evasão de Chiquitos foi notável”.

Segundo estudos de Meireles (1989), no ano de 1778 aconteceu o maior movimento de indígenas indo da província de Chiquitos para a capitania de Mato Grosso. Tal ação foi preponderante para que o capitão-general Luiz Albuquerque de Melo e Cáceres pudesse fundar a cidade de Vila Maria, uma vez que enfrentava a mesma problemática dos espanhóis em território Chiquitano: não havia pessoas brancas suficientes que pudessem garantir a posse de “suas” terras. Nesse sentido, o autor ainda informa que os portugueses preferiam acolher os indígenas que vinham das missões, visto que se tratava de pessoas “menos selvagens” do que aqueles que viviam livres. Desse modo, os espanhóis também acolhiam os escravos que fugiam da margem direita, ou seja, onde se localizava o território luso-brasileiro.

De acordo com a dinâmica que se estabeleceu nesse entremedio da saída dos jesuítas da província de Chiquitos e a migração dos indígenas para o território português, percebemos a posição difícil que se encontravam essas pessoas, pois ainda em território espanhol eram usados para ocupar espaços geográficos e isso se repetiu no espaço português, ou seja, eram privados de qualquer sentimento ou ação desinteressada que culminasse em seu bem-estar, mas apenas existiam com a condição de desempenharem funções de moedas de troca, fossem serviços ou, simplesmente, sua presença para demarcar território de outros povos. No capítulo que se segue, vamos engendrar ainda mais por essa dinâmica a fim de compreender como se deu o efetivo papel dos Chiquitano na fundação de Vila Maria do Paraguai, atual Cáceres.

CAPITULO 3 – CÁCERES E OS CHIQUITANO: DA COLONIALIDADE À CONTEMPORANEIDADE

Embora tenhamos tentado estabelecer uma ordem cronológica que garanta organicidade do texto até aqui, sabemos que muito eventos históricos aconteceram concomitantemente. A esse exemplo, citamos as ações que culminaram na fundação e povoação da cidade de Cáceres, quando ainda era conhecida como Vila Maria do Paraguai, que ocorreram paralelamente às ações que emergiram enquanto ocorria a criação e assinatura do tratado de Madri.

Nesse sentido, neste capítulo, fazemos uma retomada dos eventos que culminaram na criação de Vila Maria do Paraguai, sem, entretanto, mencionar exaustivamente eventos que já foram citados em outros capítulos, como os tratados que antecederam ou ocorreram em paralelo à fundação da cidade. Apresentamos, também, a presença Chiquitana nesse evento, como forma de evidenciar a importância desse povo não só na construção de Cáceres, como também, na história do país. Para tanto, nos ancoramos, prioritariamente, na obra “História e Memória de Cáceres” (2011), que se trata da coletânea de 16 artigos escritos com a finalidade de apresentar à sociedade a história de uma das mais importantes cidades brasileiras.

3.1. O MARCO DO JAURU

Conforme os estudos de Chaves (2011), a povoação e a demarcação das terras portuguesas, que faziam limites com territórios espanhóis, eram objetivos do governo de D. José I. Segundo o estudioso, com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, ações políticas que visavam o povoamento e a demarcação do território da América Portuguesa foram implementadas sob a estratégia de criar núcleos urbanos fixos. Para compreender a empreitada que culminou na fundação de Vila Maria do Paraguai, faz-se necessário retomar o que abrange o Tratado de Madri.

Esse tratado tornava nulos os Tratados de Tordesilhas (1494) e de Utrecht (1713), trocando a Colônia do Sacramento pelo território dos Sete Povos das Missões, mantendo o controle dos rios que estavam na Capitania Geral do Cuiabá e Mato Grosso, que dava acesso ao estado do Grão-Pará e Maranhão. Além dessas vantagens, o autor cita a possibilidade de estabelecer um importante comércio com os povoados espanhóis de

Santa Cruz de la Sierra, Potosí e as missões de Moxos e Chiquitos. O acordo foi assinado em 14 de janeiro de 1750 e deveria ser cumprido pelas Coroas de Portugal e Espanha. Outro ponto importante apresentado no Tratado, dava-se em torno das demarcações das possessões das duas Coroas referente às terras da América do Sul pelo princípio do *uti possidentis* (CHAVES, 2011).

Diante das considerações acerca do Tratado de Madri, que foram abordadas mais efetivamente no primeiro capítulo, muitos foram os debates, acordos e conflitos entre as duas Coroas, uma vez que uma não confiava plenamente na outro. Nesse sentido, as ações de povoamento das terras que “pertenciam” a cada um dos territórios, foram sendo cada vez mais constantes, principalmente, no uso da mão de obra ameríndia para assegurar o espaço. Nesse sentido, Chaves (2011) cita o Marco do Jauru, (monumento erguido em 1754 para simbolizar as demarcações fixas entre Portugal e Espanha). De modo complementar a essa discussão, o entendimento de Castrillon-Mendes (2011, p 215) coaduna que:

O Marco do Jauru é o único símbolo, ainda existente, do acordo firmado entre Portugal e Espanha, no século XVIII. Colocado na foz do rio Jauru, importante canal de ligação entre Cuiabá e o Amazonas, na época, foi concebido por Alexandre de Gusmão, representante da colônia brasileira, responsável pela negociação do Tratado de Limites de 1750. Exprime, através das legendas gravadas no seu formato quadrangular, a conquista da diplomacia, da justiça e da paz, firmadas entre as duas maiores potências ibéricas possuidoras de terras na América. Em 1880 o Marco foi transladado para a Praça da Matriz (hoje Barão do Rio Branco), na cidade de Cáceres-MT. Em 1977 foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Conforme supracitado, o Marco do Jauru é um monumento que simboliza uma parte importante da história da construção do Brasil, especialmente no que concerne à região centro-oeste. Nessa senda, em seus estudos, o historiador Otávio Chaves (2011), aponta que: “não se trata de pensar o Marco de Jauru enquanto monumento, mas, enquanto documento. Situá-lo em seu contexto histórico, percebê-lo enquanto um artefato de poder capaz de inferir sentidos ao seu próprio tempo histórico”.

A fim de apressar o início das ações demarcatórias que sofreram o atraso devido a morte do rei D. João V, em 31 de julho de 1750, as Coroas elegeram profissionais para começarem as marcações fronteiriças do Sul até a foz do rio Jauru, na Capitania de Mato Grosso. O trabalho começou em 1752 e após interrupções devido a ataques guaraníticos, concluíram o trabalho somente em dezembro de 1759. Diante disso, a tensão entre

portugueses e espanhóis só amenizaram após a assinatura do Tratado de Idelfonso em 1777, quando Portugal abriu mão da Colônia do Sacramento e do território das Sete Missões. No entanto, o território da Capitania Geral do Cuiabá e Mato Grosso, continuava a ser de posse luso-brasileira como acordado previamente durante o Tratado de Madri (CHAVES, 2011). Nesse sentido:

Vila Maria do Paraguai surge, neste contexto, da expansão político-territorial e defesa de fronteiras com os domínios espanhóis. Havia a preocupação por parte da Coroa portuguesa não somente em criar novas povoações, mas a de civilizar os seus habitantes. (CHAVES, 2011, p. 30).

Foi no meio desse processo entre demarcações e assentamentos fixos que Vila Maria do Paraguai foi fundada. Tratava-se de um território estratégico, visto que estava situada em uma região de fronteira. Embasado nos estudos de Moraes (2003), Chaves (2011), informa que Vila Maria fora construída para ser um espaço social, cujas especificações deveriam ser moldadas de acordo com a estrutura europeia. Não obstante, serviria como canal entre as outras regiões da Colônia. Na subseção seguinte, abordaremos os pormenores da fundação de Vila Maria do Paraguai.

3.2. A FUNDAÇÃO DE VILA MARIA DO PARAGUAI

A fundação de Vila Maria estava ligada diretamente à construção da fronteira oeste da colônia situada no território que pertencia à Capitania de Mato Grosso, e do Alto Peru (oriental da atual Bolívia) — território que pertencia respectivamente a Portugal e a Espanha nessa parte da América, como se pode observar na figura abaixo.

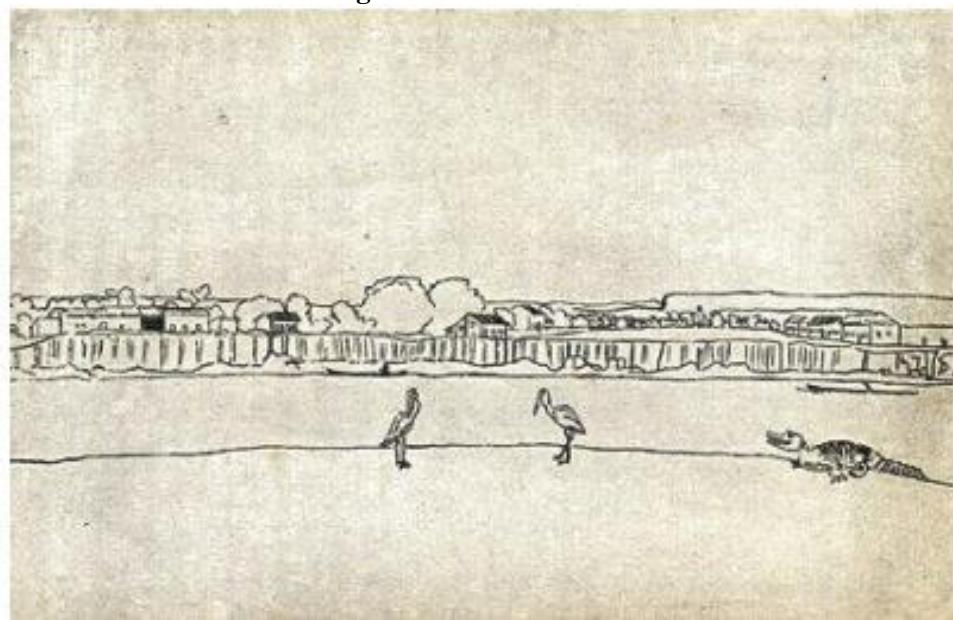
Figura 9 - Missões, povoações e fortificações no vale do rio Guaporé, na segunda metade do século XVIII.



Fonte: <https://bit.ly/3BxwOco>.

Na figura abaixo, é possível ver o desenho que retrata Vila Maria do Paraguai, elaborado por Florence, o segundo desenhista da expedição russa liderada por G.H.von Langsdorff (1774-1852), enquanto percorria o interior do Império Brasileiro entre 1823-1829. Na ocasião, esboçou a vista da localidade que se vê na figura apresentada abaixo.

Figura 10 - Vila Maria.



Fonte: FLORENCE (1977, p. 174).

Acerca da paisagem contemplada por Florence em seu desenho, apropriamo-nos do entendimento de Costa; Diener (2015), ao informar que Vila Maria do Paraguai está situada à margem esquerda do rio Paraguai justamente como indica o desenho criado pelo artista e que está em uma das ilhas sazonais que se formam em tempos de seca, para o autor, pode se observar as “diminutas casas dispostas num terreno elevado, que dão forma ao pequeno núcleo urbano: o largo, que o artista chama de pasto, a igreja e as casas se situam à esquerda da representação, quase se confundindo com a paisagem.” (COSTA; DIENER, 2015, p. 96).

De acordo com Mendes (1973), a atual cidade de Cáceres foi fundada em 06 de outubro de 1778. Como forma de homenagear a rainha vigente de Portugal naquele período, seu fundador, o capitão-general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (quarto governador do Mato Grosso e Cuiabá), denominou-a de Vila Maria do Paraguai. Além de ser considerado um ponto estratégico para o domínio português, Mendes (1973, p. 31 e 32) *apud* Ferreira (2017, p. 224), elencou alguns dos reais motivos para a fundação de Vila Maria do Paraguai, a saber:

1. Abrir uma porta de navegação com São Paulo (Albuquerque elaborara uma carta hidrográfica que estabelecia as diretrizes de navegação fluvial para São Paulo desde o norte de Mato Grosso por Vila Maria e nordeste de Cuiabá);
2. Defesa e incremento da fronteira sudoeste;
3. Fertilidade do solo regado por abundantes águas e cheio de pastagens, o que era bom prenúncio de riqueza e prosperidade agrícolas;
4. Facilitar a comunicação entre Vila Bela e Cuiabá e o desenvolvimento das relações comerciais entre os dois centros populacionais mais importantes da região mato-grossense;
5. Acolher cerca de 78 índios de ambos os sexos, oriundos das províncias castelhanas dos Chiquitos e dos Moxos, que o Governador até atraíra com dádivas e regalias especiais muito vantajosas, onde haviam construído algumas cabanas, e aos quais se reuniram 161 outras pessoas.

Embora parecesse um tanto óbvio que para se povoar uma terra precisasse de pessoas que pudessem residir e trabalhar a fim de estabelecer uma fixidez e gerar progresso, a atual conjuntura de Vila Maria não inferia que isso fosse uma tarefa simples, uma vez que não havia pessoas em número suficiente para que isso pudesse ocorrer. Nesse sentido, Leite (2018), aponta que os indígenas Chiquitano iam se achegando ao território em buscar de abrigo, e que o povoado ia ganhando contornos de “moradia social”,

expandindo-se em formando pequenas ruas e travessas que, posteriormente, seria uma cidade.

Figura 11 – Representação da Praça Central de Villa Maria do Paraguai.



Fonte: Acervo – Casa da Ínsua, Portugal.

Diferentemente do desenho de Florence apresentado no início desta subseção, a imagem divulgada pela Fundação Odebrecht de Vila Maria do Paraguai, mostra um povoado mais desenvolvido – o que é muito natural tendo em vista o tempo de uma obra para a outra. Aqui, é possível ver muita atividade de pessoas e estruturas mais desenvolvidas em relação às residências e à igreja presente no centro do espaço. Nesse sentido, pode-se verificar que, aos poucos, Vila Maria do Paraguai ia se desenvolvendo e ganhando contornos modernos.

Embora em seu nome indicasse o *status* de vila, Fanaia (2011) assegura que essa era apenas uma questão nominal, visto que se tratava de uma “freguesia⁹”, que só viria adquirir a categoria de vila em 1859. A esse respeito, Chaves (2011), explica que para se ter o status de vila colonial, era necessário possuir algumas estruturas que pudessem servir

⁹ No período colonial, a unidade territorial básica era a freguesia, definida pelo conjunto de famílias (ou fogos, como eram denominadas na documentação da época) subordinadas à jurisdição eclesiástica de um vigário. (CARRARA; MACHADO, 2020, p. 09).

de organização a uma cidade ou vila. Nesse sentido, o povoado não possuía: Câmara Municipal, vereança eleita, oficiais municipais, pelourinho e nem cadeia.

A falta dessas estruturas era um dos motivos pelos quais atrair moradores que fizessem o local crescer era tão importante. Nesse ponto, adentramos a questão que liga, especificamente os Chiquitano à povoação da freguesia, sendo o que abordaremos na próxima subseção.

3.3. OS CHIQUITANO E A CONSTRUÇÃO DE VILA MARIA: A SERVIÇO DA COROA PORTUGUESA?

Vila Maria do Paraguai dependia da presença indígena para se consolidar, não apenas do povoado em si, mas também de se manter economicamente. Nas fazendas se concentravam a maioria dos Chiquitano, a esse exemplo, citamos a Fazenda Caiçara¹⁰, para onde muitos Chiquitano se deslocavam com a intenção de trabalhar na construção de obras como currais para abrigar o gado.

Nesse ínterim, a Fazenda Jacobina¹¹ se tornou um importante estabelecimento produtor de charque e de açúcar, que geravam excedentes que eram enviados para abastecer outras localidades da capitania. A mão de obra utilizada naquele estabelecimento era, em sua grande maioria, composta por pessoas escravizadas, por caburés e indígenas livres, sendo que esses últimos recebiam alguma espécie de recompensa por seu trabalho. A partir de 1888, a fazenda Jacobina entrou em decadência após a abolição da escravatura, contudo, representou fortemente a economia local gerando uma grande riqueza (GARCIA, 2009).

¹⁰ CAIÇARA (Fazenda). Localizada no ângulo superior da confluência dos rios Paraguai e Jauru, município de Cáceres. Trata-se de propriedade rural, hoje extinta, para criação de gado, implantada em 1779, pelo Capitão General Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, com o intuito de fornecer víveres e carne aos povos indígenas bolivianos, os Chiquitos, vindos para formar a cidade de Villa-Maria, hoje Cáceres. A Fazenda Caiçara também tinha o propósito de produzir carne para a capital Vila Bela e, com isso, tornou-se próspera e grandiosa. Com o tempo foi declinando graças ao desinteresse de governantes que não tinham a visão empreendedora, social e política do grande Melo e Cáceres. (PORTAL MATO GROSSO, 2020, s/p).

¹¹ A Fazenda Jacobina está situada a aproximadamente 30 km de Cáceres em direção a Cuiabá e relaciona-se ao processo de ocupação colonial da fronteira oeste. A Jacobina constituiu a maior fazenda da recém criada Capitania de Mato Grosso em 1748. O seu princípio formal situa-se em 1772 quando Leonardo Soares de Souza requer a primeira sesmaria no local. Segundo a tradição oral da família Pereira Leite, o sobrado foi construído por trabalhadores portugueses que retornavam das obras da sede administrativa da capitania em Vila Bela da Santíssima Trindade. (GOMES DE SOUZA, 1998 apud SILVA, 2011, p. 296)

As terras dos povos indígenas foram ocupadas pela fazenda Jacobina e posteriormente pela Fazenda Descalvados¹². Essas fazendas, além de avançar sobre as terras indígenas e ajudar na consolidação das fronteiras, também contribuíram para o desenvolvimento da economia local, onde estava situada Vila Maria do Paraguai. Amparada nos estudos de Garcia (2009), Cavalcante (2015, p. 65) pondera que:

a funcionalidade de Vila Maria não se faz isoladamente, mas no contexto da criação de povoados, fortes e fazendas, todos com a finalidade de consolidar a fronteira das terras portuguesas principalmente, com a presença indígena Chiquitano. Ela se apoiou economicamente nas fazendas à sua volta. A vila em si era despovoada de gente branca como vimos no documento, e o povo Chiquitano concorriam de “forma decisiva para dar a Vila Maria a aparência de uma vila populosa, o que era importante para a disputa dos portugueses com os espanhóis.” (GARCIA, 2009, p. 09). (CAVALCANTE, 2015, p. 65).

Nesse sentido, a política portuguesa utilizada desde o princípio da colonização, aproveitava do indígena como súdito. Mesmo que inicialmente tenham sido aproveitados como mão de obra, posteriormente, como gente que foi ensinada pelos jesuítas e adquiriram habilidades e conhecimentos que os tornaram capazes de manter a fronteira, sustentar a criação das novas capitâncias e suas respectivas vilas, fazendo o papel de povoadores.

Por meio de suas habilidades, trabalhando para o auto sustento e, também, do povoado, garantiam o fortalecimento da economia, tornando rentáveis as fazendas e engenhos. O povo Chiquitano foi o grande responsável pela manutenção da fronteira, fazendo o papel de povoadores, antes dos territórios espanhóis e, depois, dos territórios portugueses. Dessa maneira, contribuíram efetivamente para a existência da cidade de Cáceres, atualmente tombada como Patrimônio Cultural e Histórico Nacional, pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - IPHAN, onde se reconheceu que a cidade mato-grossense é um marco na estratégia de proteção e conhecimento no processo de consolidação do território da fronteira que viria a ser o Brasil.

¹² [...] na margem direita do rio Paraguai, havia uma região de terras altas chamada “Escalvado”, onde, ainda no período colonial, costumeiramente se instalava uma fortificação militar para impedir o avanço dos espanhóis, em direção à Vila Maria e Vila Bella. Essa região alta foi progressivamente mudando o nome para Descalvados (provavelmente “do Escalvado” e depois “D’Escalvado”, antes de Descalvados), assim que foi sendo ocupada pelo major João Carlos Pereira Leite, como uma das suas sesmarias de criação de gado. (GARCIA, 2005, p. 61).

O povo Chiquitano, por meio de sua presença e força, não só manteve viva uma pequena vila de fronteira, como também contribuiu para a existência de um patrimônio histórico cultural do Brasil contemporâneo. De uma pequena vila de fronteira a um forte patrimônio cultural, com sua história construída pela presença de dezenas de nações indígenas em terras que, naturalmente, já era território do povo Chiquitano.

Conforme apresentado no capítulo 2, os indígenas Chiquitano sentiram a necessidade de virem para o lado oposto da fronteira para fugirem do regime escravagista e negligente instituído pela administração espanhola após a saída dos jesuítas em 1767. A situação em que se encontravam os Chiquitano veio a calhar para o capitão-general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, uma vez que precisava de pessoas para que pudesse residir em Vila Maria que, segundo ele escreveu em registro documental da fundação em 29/11/1778, doc. 1218, informou que:

Cerca de quarenta famílias de mesma sorte desertados das Missões Castellanas do Coração, São José de Chiquitos, cujas famílias vieram todas a cavalo em mullas, e éguas desde as referidas missões, trazendo notícias de que estas estavam quase solitárias pelo crescido número de seus habitantes desertados [...] (Fragmento do ofício escrito por Luiz de Albuquerque *apud* SOUZA, 2007, p. 66).

Mesmo que a presença de indígenas em Vila Maria tenha sido uma constante, conforme afirma Almeida (2011), a preferência do fundador eram famílias brancas. Silva (2007) afirma que Luiz de Albuquerque escreveu uma carta para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro¹³, para reclamar da falta de famílias brancas para povoar a recém criada Vila, tendo até o então momento, apenas indígenas acolhidos que vinham fugidos das Missões, e os descreveu como “índios ferozes, quase sempre inconstantíssimos, ferozes e indomáveis ou duma indolênciam e preguiça sem exemplo [...] depois de executarem as suas costumadas rapinas, mortes e outros danos [...]” (FERNANDES DA SILVA et all., 1998, p. 26 *apud* SILVA 2007, p. 67).

O relato do fundador acerca do caráter e costumes dos indígenas Chiquitano, gera uma certa inquietação, pois como vimos no capítulo 2, realmente os indígenas apresentavam uma natureza belicosa, mas que após o contato com os missionários,

¹³ Martinho de Melo e Castro nasceu em Lisboa, na freguesia de Nossa Senhora das Mercês, em 11 de novembro de 1716. Sua trajetória política como estadista iniciou-se ainda na época pombalina, sem, contudo, determiná-la nem com ela confundir-se; mas foi parte integrante dessa época, ora compactuando com ela, ora mostrando-se neutro diante dela, ora com ela confrontando-se. (VALADARES, 1998, p. 36).

tiveram essa característica modificada de alguma forma, além do que, segundo os relatos esmiuçados anteriormente, eles possuíam grandes habilidades para trabalhar mesmo antes da intervenção jesuítica. Segundo o relato a seguir, vemos outra descrição dos indígenas em questão, em que a:

população fronteiriça, de Cáceres à Vila Bela, é composta em geral de Chiquitos, habitualmente muito ignorantes, porém prontos para receberem os sacramentos). Em toda a fronteira, há uma imigração de índios Chiquitos (Chiquitos, Moxos) vindos da Bolívia. São batizados e animados de um espírito religioso excelente: simples e obedientes como crianças, constituem eles um elemento muito aproveitável, não fosse o obstáculo da língua, que não permite por enquanto, instruí-los. (BIENNÉS, 1987, p. 108-109).

De acordo com esse relato, os Chiquitano eram vistos como um povo que poderia ser catequizado e aculturado, como já tinha sido feito anteriormente. O que contradiz, em partes, ao relato de Luiz de Albuquerque em carta ao secretário de Estado. Quanto à indolência citada pelo autor da carta para se referir aos Chiquitano, pudemos perceber que não se tratava de uma realidade pronta e acabada, mas sim, que fazia parte de outra forma de vivencia dos Chiquitano, visto que o regime de trabalho dos indígenas diferia dos europeus, o que fora identificado, também, pelos jesuítas, como elencamos no capítulo 2.

A esse respeito, Melatti (1972) questiona a premissa que gerou o estereótipo de que indígenas são preguiçosos e indolentes. Para o autor, é impossível acusar os indígenas de ociosidade se eles dedicaram grande parte do tempo às tarefas dedicadas à sobrevivência, como caçar, pescar, plantar, coletar, criar animais, fabricar instrumentos que servem para produzir, transportar, conservar alimentos, dentre outra série de atividades que os permitiram sobreviver antes e depois da chegada dos brancos colonizadores.

De qualquer modo, a presença dos Chiquitano era a realidade que Luiz de Albuquerque tinha nas mãos para povoar a região. Diante disso, ele teve que criar condições para que os grupos indígenas pudessem residir tanto em Vila Maria do Paraguai quanto em seus arredores. Desse modo, Meireles (1989) informa que o fundador adquiriu terras para que pudesse transformar na “Fazenda Nacional Caiçara” em frente à Vila Maria para que pudesse abrigar as famílias de Chiquitano que buscavam refúgio. Além disso, estabeleceu fazendas para a criação de gado às margens do rio Barbados que seria

conhecida sob o nome de Casalvasco. Nesse local recebeu indígenas das etnias Saraveka e Koraveka.

Quanto ao trabalho dos Chiquitano, Souza; Santos; Costa (2021, p. 6) evidenciam que:

A história de contato dos povos indígenas Chiquitano com os não-indígenas é importante, pois ela indica a participação e o protagonismo dos povos indígenas na História do Brasil e, nesta região do Estado de Mato Grosso, teve relevante destaque no povoamento de Vila Maria e São Luiz de Cáceres, ou seja, Cáceres, e, sem dúvida, contribuíram em várias atividades cotidianas que envolvem práticas sociais, culturais e econômicas desse município [...].

Segundo os autores, não eram só os indígenas que vinham das Missões que buscavam refúgio, por isso os portugueses tinham pressa em inseri-los como mão-de-obra para a produção da economia local, além de civiliza-los em seus moldes, ensinando-lhes os serviços a fim de aniquilar, o que os colonizadores de Portugal identificavam como indolência, preguiça, inconstância e selvageria indomável. Para os portugueses, os indígenas que fugiam das Missões eram mais merecedores de obter ajuda do que os demais, visto que eram cristãos, habilitados nas missões espanholas e haviam adquiridos alguns costumes europeus, além de conseguirem desenvolver profissões mais uteis à vida urbana como produzir e comercializar produtos agrícolas e artesanais. Nesse viés:

A Política de aldeamentos foi essencial para o projeto de colonização. Afinal, os índios aliados eram indispensáveis ao projeto, pois além de compor as tropas militares, eles deveriam ocupar os espaços conquistados e contribuir, como mão de obra, para a construção das sociedades coloniais. As novas aldeias que se criaram próximas aos núcleos portugueses foram, do século XVI ao XIX, o espaço privilegiado para a inserção desses índios na ordem colonial. (ALMEIDA, 2010 p. 69).

De acordo com as informações supracitadas, foi possível perceber que houve uma troca de “favores” (entre aspas porque, na realidade, os indígenas eram escravizados) entre portugueses e Chiquitano, ainda que os colonizadores não os vissem de igual para igual. Tratava-se de uma interdependência velada, escondida sob a ideia de que apenas os Chiquitano precisavam dos portugueses, entretanto, os documentos historiográficos mostram uma outra face dessa realidade. Segundo Charupá (2002), o grupo indígena de maior número na colônia portuguesa era os Chiquitano que, consequentemente,

conseguiam produzir mais alimentos, uma vez que já tinham esse hábito e que foi ainda mais intensificado pelos jesuítas. Segundo relatos do autor, os jesuítas fizeram menção à qualidade do trabalho dos indígenas, afirmando que “[...] chiquitos ocupaban la mitad de la jornada laboral em actividades agrícolas” (CHARUPÁ, 2002, p. 301).

A respeito da significância dos Chiquitano para o desenvolvimento de Vila Maria do Paraguai, Souza; Santos; Costa (2021) inferem que as habilidades dos Chiquitano na lavoura aumentavam o interesse português em mantê-los sob seus domínios, uma vez que, além das habilidades já conhecidas, apreender novas técnicas ensinadas pelos portugueses como outra forma de produção e novas ferramentas, tornou-os ainda mais valiosos.

Diante disso, um questionamento nos vem à mente: de que forma os portugueses enxergavam esses indígenas? A fim de sanar esse questionamento, refletimos sobre isso na próxima subseção.

3.3.1 A percepção dos Portugueses em relação ao povo Chiquitano

Pereira Leite (1978) informa que os portugueses enxergavam os indígenas não como seres humanos, mas como algo que poderia ser usado para benefício próprio. Nesse sentido, indígenas que fugiam das missões espanholas e chegavam em busca de auxílio no domínio português eram enxergados como povoadores e mão de obra barata para fazer funcionar as engrenagens que foram instituídas: fazendas, lavoura, habilidades especiais adquiridas durante as missões, bem como qualquer função que pudesse ser desenvolvida por eles.

Diante disso, o capitão-general Luiz de Albuquerque se preocupava com a acomodação de indígenas Chiquitano dispersos, desertados, para que fossem atraídos para a colônia. Essa acomodação consistia em oferecer-lhes moradias, ferramentas, roupas, chapéus, garantias e trabalho nas fazendas de criação de gado. Sendo que os Chiquitano cristianizados pelos jesuítas nas reduções, aumentavam o contingente populacional que os portugueses precisavam para efetivar a ocupação de seus domínios com as terras da colônia espanhola. O governador reconheceu que haveria despesas para abrigá-los, porém não mediria investimentos para que fosse feito — sendo que mantê-los em Vila Maria seria vantajoso para a Coroa portuguesa.

Dessa forma, atraídos com promessas de moradia, trabalho e sustento, mais Chiquitano adentravam à capitania persuadidos pelos portugueses para se fixarem em Vila Maria, o que gerava custos aos cofres da Coroa, porém, Luiz de Albuquerque

utilizava sempre a Real Fazenda para custear os gastos da ocupação e para pôr em prática a efetivação dos tratados e as instruções régias.

Para Luiz de Albuquerque, Vila Maria era um lugar estratégico de ocupação da Capitania de Mato Grosso e de delimitação da fronteira entre as terras portuguesas na América, devido a sua localização no extremo norte da planície do pantanal, à margem esquerda do rio Paraguai e a oeste, com território espanhol (PEREIRA LEITE, 1978, p. 32).

Daí a preocupação de Luiz de Albuquerque em se concentrar na estratégia para manter e atrair os Chiquitano, uma vez que esse povo seria um aporte demográfico para a fundação de Vila Maria e seu entorno, servindo para encobrir uma necessidade populacional portuguesa extremamente importante naquele momento. O governador percebeu o potencial das populações de Chiquitos nas missões jesuíticas e resolveu utilizá-los para povoar e consolidar a capitania de Mato Grosso. Nesse sentido, os portugueses perceberam que os Chiquitano representavam uma solução imediata para um dos maiores problemas da época: a falta de gente para povoar a fronteira.

3.3.2. A Liberdade dos indígenas como parte das Medidas Prioritárias do Programa de Colonização da Fronteira

Diante da necessidade de manter os indígenas Chiquitano sob seus domínios, a Coroa portuguesa sentiu a necessidade criar leis que os fizessem sentir pertencentes à sociedade colonial. Ao menos teoricamente, as leis portuguesas que aboliam o cativeiro de indígenas, alcançando toda a capitania e território colonial português, institucionalizaram o processo de colonização da fronteira e facilitavam a criação das vilas para solucionar a falta de gente própria para povoá-las.

A esse respeito, Araújo (2012) pondera que as leis que aboliam as formas de cativeiro promulgada em 6 de junho de 1755, bem como alvará que retirava o domínio temporal dos missionários sobre os indígenas e se estendessem às vilas e aldeias que tivessem um grande número de pessoas, asseguravam liberdade aos indígenas. Essas medidas, faziam parte das medidas prioritárias do Programa de Governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado¹⁴, uma vez que se tratava de orientações vindas diretamente

¹⁴ Francisco Xavier de Mendonça Furtado nasceu na freguesia de Nossa Senhora das Mercês, Lisboa, no ano de 1701 [...] Sabe-se, de acordo com seu memorial de serviços, que em 14 de abril de 1735 sentou praça

da corte real. Tratava-se de uma medida importante, pois tinha o intuito de resolver a questão disputa de poder com os missionários, bem como o interesse em preservar as fronteiras definidas nos acordos que só seria possível se fosse de forma pacífica e tivesse como aliados os indígenas.

Essas leis abarcavam os Chiquitano, ao menos nesse período em que eram necessários à coroa portuguesa. Uma vez sob domínio português, os Chiquitano desertores da colônia espanhola eram acolhidos em péssimas condições, pouco das suas necessidades eram de fato atendidas pelas autoridades portuguesas. A documentação histórica sugere que em Vila Maria, e em outros povoados, faltavam residências para acomodar os Chiquitano que passavam para o lado português da fronteira. Portanto, nem tudo o que estava escrito nas cartas conjugava com a realidade efetuada aos direitos dos indígenas. Nesse sentido, a coroa portuguesa autorizava a liberdade aos indígenas no âmbito da criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará, que:

[...] protegida pelos privilégios do monopólio, obrigar-se-ia ao transporte dos africanos e à sua venda aos colonos do Pará e do Mato Grosso, o que é significativo e esclarece o quanto importante fora, também em termos econômicos, a decisão de abrir o dito caminho de comunicação fluvial entre o Pará e o Mato Grosso. A proibição do cativeiro dos indígenas impunha a interrupção da sua utilização como mão de obra. Assim, ao mesmo tempo em que se obrigava o investimento nos escravos africanos, fazendo com isso ganhar a Companhia, desferia-se um rude golpe no poder detido pelos missionários, que deixavam de poder gerir a distribuição dos trabalhadores, como até então faziam. Do mesmo modo, a determinação de cessar totalmente o seu poder temporal sobre os naturais impedia-os também de manter qualquer tentativa de influência nos próprios índios (ARAUJO, 2012, p. 09).

Por meio do suporte indígena vindo de um ou de outro lado da fronteira, Luiz de Albuquerque pôde colocar o plano de ação em relação à Vila Maria e outras vilas e povoações em vigência. Contudo, as dificuldades para manter Vila Maria em funcionamento e se desenvolvendo eram muitas, sendo necessário povoá-la e, mais do que isso, dar condições de sobrevivência a população que desempenhava os trabalhos.

no Regimento da Armada, no qual serviu por quase dezesseis anos, desde o posto de soldado até o de capitão de mar-e-guerra, encerrando a carreira em 7 de janeiro de 1751, cerca de três meses antes de ser nomeado governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão [...] No dia 15 de novembro de 1769 faleceu em Vila Viçosa, aos 69 anos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, então secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, cargo que assumira em 20 de março de 1760, depois de passar alguns meses como secretário assistente ao despacho de seu irmão mais velho, Sebastião José de Carvalho e Melo, responsável pela pasta do Reino. (SANTOS, 2009, p. 75-81).

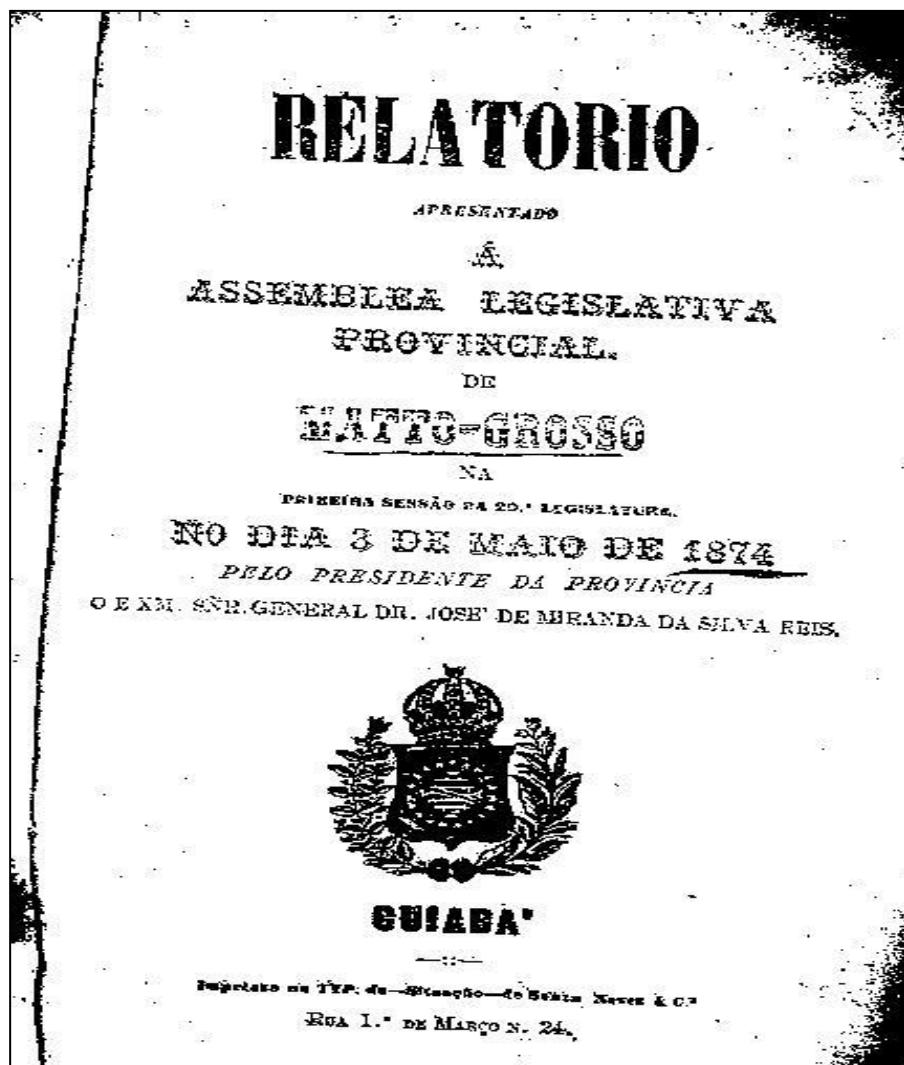
Portanto, o que estava descrito das instruções régias, nas cartas e ofícios de Luiz de Albuquerque não condiziam com a realidade dos indígenas, uma vez que só receberam a oportunidade de trabalhar para o próprio sustento pelo tempo em que as fazendas compradas por Luiz de Albuquerque, dizendo ser com o objetivo principal propiciar uma forma de sustento aos Chiquitano e que, com o tempo, tornar-se-iam grandes centros criadores de gado para o comércio exterior, e que, na verdade, eram propriedades da Coroa portuguesa, e os indígenas eram apenas usados como mão de obra nessa ascensão, sem possuírem qualquer tipo de segurança em relação ao futuro ou, até mesmo, o presente.

3.4 DE VILA MARIA DO PARAGUAI A SÃO LUIZ DE CÁCERES

Mesmo conseguindo manter o funcionamento, o povoado, enquanto Vila Maria do Paraguai, só conseguiu ser elevada à teoria de Vila no ano de 1859. Disso, o que se seguiu, foi a elevação da Vila para Cidade no ano de 1874 sob o nome de São Luiz de Cáceres, pela Lei Provincial nº 3, de 30 de maio, a vila passou a receber os foros de cidade, recebendo a estrutura necessária para manter o status. No entanto, a cidade ainda era governada pela Câmara (MENDES, 2010, p. 11).

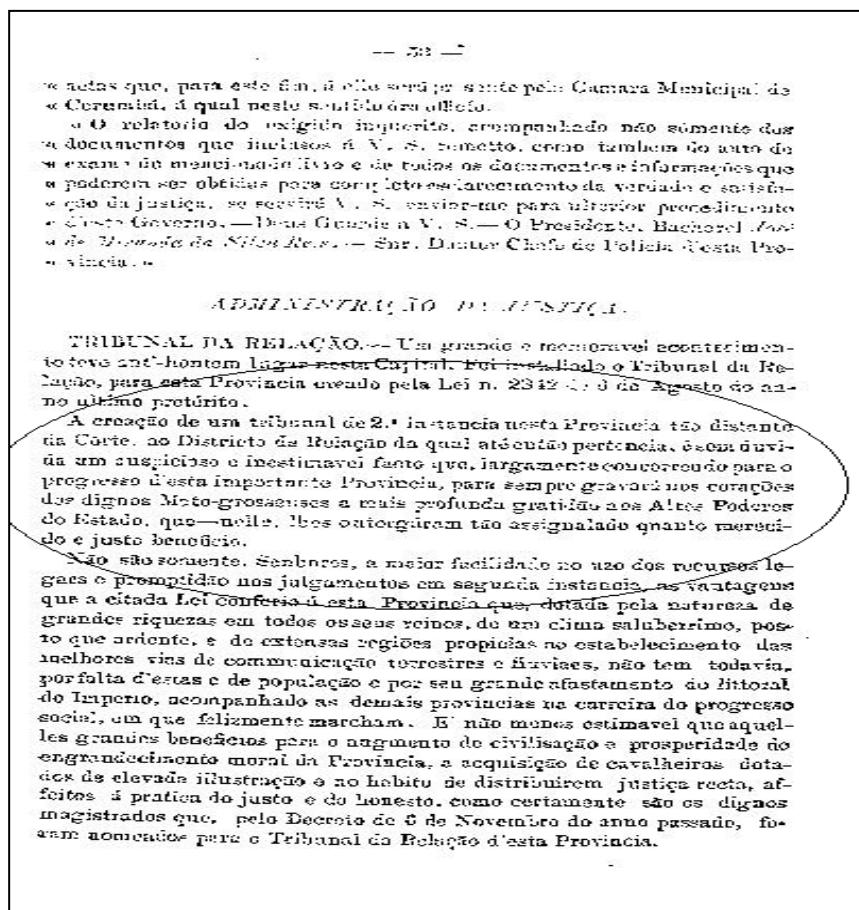
No mesmo ano de 1874, São Luiz de Cáceres também foi elevada à condição de sede da 2^a comarca judiciária de Mato Grosso, de acordo com o relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso na primeira sessão da vigésima legislatura, no dia 3 de maio de 1874, registrado em sua página 54, como é possível visualizar nas imagens a seguir.

Figura 12 - Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato-Grosso na primeira sessão da 20.a legislatura, no dia 3 de maio de 1874 pelo presidente da província, o Exm. Sñr. General Dr. José de Miranda da Silva Reis.



Fonte: Memória Estatística do Brasil.

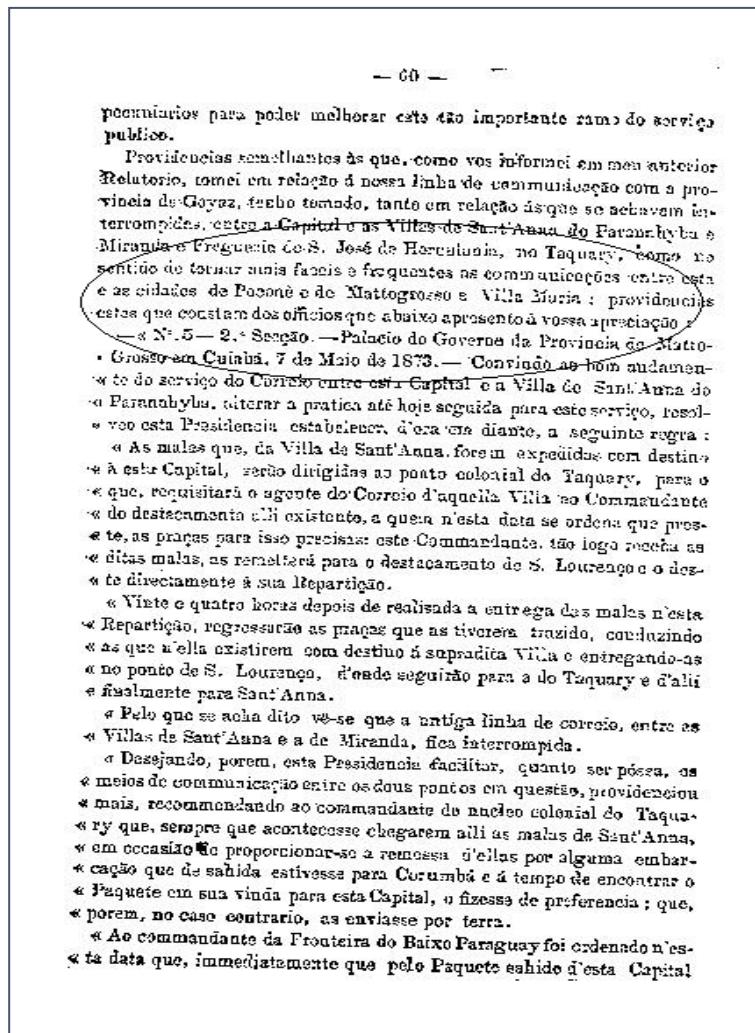
Figura 13 - P.54 do RELATÓRIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Matto-Grosso na primeira sessão da 20.a legislatura, no dia 3 de maio de 1874 pelo presidente da província, o exm. sñr. general dr. José de Miranda da Silva Reis.



Fonte: Memória Estatística do Brasil.

Em termos territoriais, Vila Maria, agora cidade de São Luiz de Cáceres, pertencia à Comarca de Poconé.

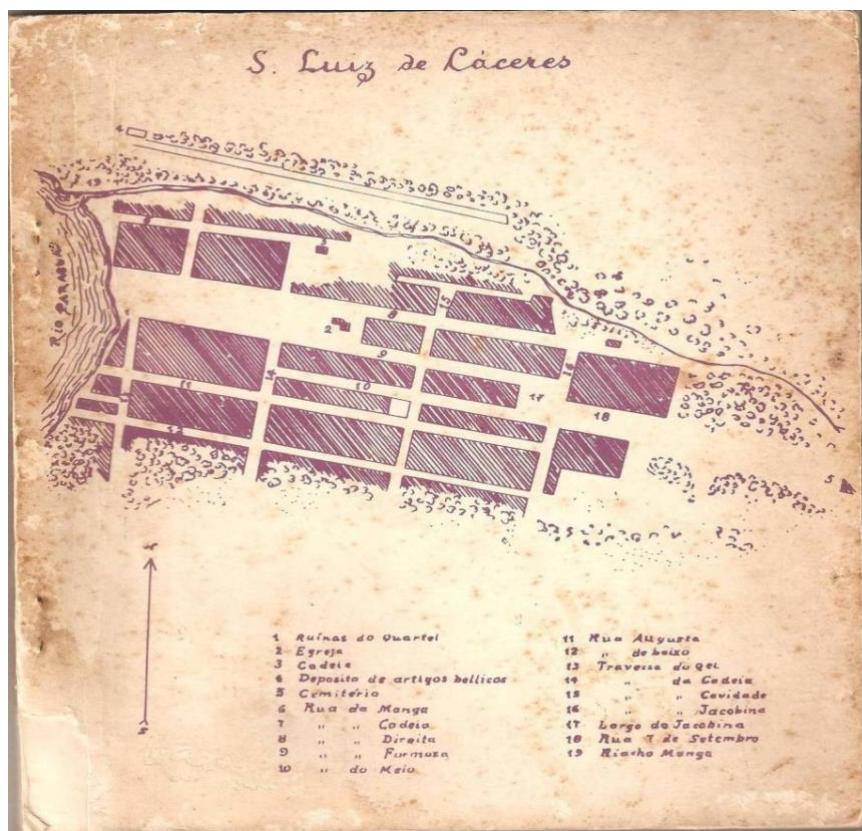
Figura 14 - Imagem da página 60 do RELATÓRIO apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Matto-Grosso na primeira sessão da 20ª legislatura no dia 3 de maio de 1874 pelo presidente da província, o Ex.mo Sñr. General Dr. José de Miranda da Silva Reis.



Fonte: Memória Estatística do Brasil.

Com a elevação para a categoria de cidade e sede de comarca, a população passou a ter força política e a clamar pela reorganização administrativa da cidade. Como consequência, ocorreu o desenvolvimento econômico e gerou mudanças, tais como: a reformulação no traçado urbano de Vila Maria — que vai deixando o antigo formato, vindo do período colonial, com as duas filas de casas alinhadas ao redor da praça central, para passar a ter um formato quadrangular típico das cidades europeias, com ruas e praças traçadas, em um ligeiro processo de expansão urbana, como mostra a imagem abaixo.

Figura 15 - Planta de São Luiz de Cáceres: 1876.



Fonte: Seção de Iconografia – Biblioteca Nacional.

Alguns fatores teriam contribuído para as transformações que essa típica povoação da fronteira colonial passou na segunda metade do século XIX, alterando a arranjo étnico de sua população e reorganizando o seu traçado urbano, com um formato semelhante às modernas cidades europeias. As transformações ocorreram por consequência de fatos ocorridos na década de 1850 — acontecimentos como criação da lei que pôs fim ao tráfico de pessoas escravizadas da África para o Brasil, a Lei de Terras, a criação do segundo Banco do Brasil e o Código Comercial.

Tratando-se de Mato Grosso, o acontecimento determinante que mudou as perspectivas dessa província localizada na fronteira, foi a abertura da navegação pelo rio Paraguai, ocorrida efetivamente em 1858, que permitiu à população daquela província da Fronteira Oeste, um acesso menos demorado à capital do Império, o Rio de Janeiro, sendo o seu trajeto feito por navegação pelos rios Cuiabá, Paraguai, Paraná e Rio da Prata, para ir de Cuiabá ao Rio de Janeiro, em um tempo menor para percorrer do que trajeto realizado por terra.

Com a navegação aberta às embarcações de todas as bandeiras até o porto alfandegado de Corumbá, Mato Grosso também se agregou aos circuitos do capital mercantil e a província passou a receber os fluxos que o comércio internacional gerou. A partir daí, um intenso comércio de importação e exportação se formou em Mato Grosso, proporcionando às povoações, a exemplo de Vila Maria, um rápido desenvolvimento, pelo fato de estar localizadas às margens do rio Paraguai.

Essas transformações mostram que aquela pequena povoação, formada em sua maioria pelos Chiquitano, localizada na fronteira oeste do Brasil, que se ligava a outras partes do mundo pelo caminho fluvial do rio Paraguai, também sofria as mudanças que estavam se desenvolvendo com grande força na Europa.

As mudanças em Vila Maria aconteceram, portanto, após a abertura da navegação do rio Paraguai. A circulação de mercadorias de forma cada vez mais intensa refletiu, também, em uma nova relação entre a parte da população que se integrou nesse processo e a cidade, tendo como resultado a sua reconfiguração populacional e urbanística. Em 1938, o município de São Luiz de Cáceres passou a ser apenas Cáceres, através do decreto-lei estadual nº. 208, de 26 de outubro de 1938 (ZATTAR, 2015). Nesse sentido, São Luiz de Cáceres experimentou processos de crescimento político e econômico no decorrer de sua reafirmação enquanto cidade, bem como períodos de decadência e estagnação (FERREIRA, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho pautou-se na necessidade de compreender o papel do povo indígena Chiquitano no processo de ocupação do território urbano de Cáceres desde sua fundação em 1778 a 1874, após sua elevação à categoria de município sob intitulação de São Luíz de Cáceres. Dada a sua relevância histórica na construção do Brasil e tudo que implica, devido sua localização geográfica e contato direto com outro país, interessou-nos investigar os povos Chiquitano e toda sua significância, dado que desenvolvo trabalho docente há dez anos, e por meio disso, tenho contato direto com essas pessoas Chiquitanas e descendentes, cujas ricas histórias são sinônimo de lutas e resistências.

Na introdução apresentamos a prévia do que foi estruturado em todo o trabalho, bem como a justificativa que me levou a enveredar por esse caminho, tornando relevante ressaltar que o contato direto com o povo Chiquitano por meio da atividade laboral, transformou-se em curiosidade acadêmica, uma vez que a história e a permanência desse povo se tornam um espectro para entender os povos originários enquanto parte constituinte da nação brasileira.

Nessa direção, busquei compreender como se deu a relação entre os grupos dominantes e os Chiquitano, uma vez que os portugueses e proprietários de terras precisavam de mão de obra barata (escravizada) para desenvolverem o território. No entanto, evidencia-se o caráter insubmissão dos Chiquitano, que buscavam negociar com os portugueses como forma de buscarem seus próprios interesses, ainda que timidamente, uma vez que eles eram os verdadeiros donos de suas terras. Diante disso, buscamos refletir em três capítulos, quais foram os pontos fulcrais que levaram Espanhóis e Portugueses a conflitarem por um território específico — a atual cidade de Cáceres, quem são os Chiquitano e a sua importância nesse processo e como se desenvolveu a cidade de Cáceres principalmente com a força indígena Chiquitana.

No capítulo I, apresentamos como se deu o processo de ocupação da fronteira durante a colonização, fazendo uma retomada histórica antes mesmo do período de recorte desta pesquisa, a fim de situar o leitor no período em que se situa a ação. Nesse sentido, enfatizando o contexto da dominação jesuítica sobre povos e o domínio das terras. Além disso, nesse capítulo, evidenciou-se o método redutor dos jesuítas, uma vez que o processo de aculturação e conversão dos indígenas deveria ser o mais eficaz

possível; o contexto de expansão colonial no vale do Rio Paraguai; e o surgimento da Capitania de Mato Grosso e sua relação com as Missões de Chiquitos.

O capítulo II é voltado ao povo Chiquitano, a esclarecer quem são, sua cultura, a forma como se deu o processo de aculturação desses povos e como eles detinham diversos conhecimentos e habilidades fundamentais para que os colonizadores firmassem suas povoações. Nesse ponto, buscou-se evidenciar que o “descobrimento” e desenvolvimento da região só foi possível devido a ação dos indígenas que já residiam nas terras e tinham os saberes necessários para que isso ocorresse. O capítulo dois é uma tentativa de apresentar a história sob um viés de valorização do povo Chiquitano por meio da memória histórica.

O capítulo III aborda os processos de fundação, ocupação, desenvolvimento da fundação de Vila Maria do Paraguai até à sua elevação ao status de província, que seria conhecida como São Luís de Cáceres, e como os Chiquitano foram preponderantes para que se construísse o que se conhece hoje. Nesse capítulo trouxemos, ainda, as explicações acerca do Tratado de Madri como peça fundamental no marco inicial de novas povoações, as expedições demarcatórias e o Marco do Jauru.

Para tanto, fez-se necessário esclarecer acerca dos limites territoriais e a desterritorialização dos Chiquitano ainda na era colonial, a maneira que os portugueses enxergavam esse povo e como eles seriam relevantes no processo de criação de Vila Maria, visto que a liberdade dos indígenas foi parte das medidas prioritárias do Programa de Colonização da Fronteira, mas não de uma forma consciente ou respeitosa, mas sim como parte estratégica para que continuassem a usar seus corpos e suas habilidades sem que tivessem que enfrentar muita resistência. Nesse ponto, elencamos as relações comerciais entre indígenas e europeus, além da figura desses indígenas como as chamadas “Muralhas dos Sertões”.

Dessa maneira, tornou-se profícuo ressaltar a situação dos indígenas no Brasil de uma forma abrangente. Como apresentado no trabalho, foi possível perceber que, após o primeiro contato com o colonizador, em que os jesuítas conseguiram converter muitos indígenas, essa população passou a ser um alvo “mais fácil” de lidar na visão dos portugueses, pois ainda que houvesse tensões entre os povos, o fator linguístico já não era um empecilho tão grande, visto que os indígenas já haviam sido catequizados e alfabetizados em espanhol, depois em português. Não obstante, havia uma língua geral que tornou a comunicação mais eficiente.

Diante disso, a primeira parte da colonização que se compunha por escravidão e as mais terríveis formas de opressão a negros e à indígenas havia arrefecido. Mais especificamente em relação aos indígenas, que são o *corpus* desse trabalho, havia uma relação tensa, principalmente em relação às terras, de modo que os portugueses detinham um certo domínio opressor sobre elas, mas ainda assim enfrentavam o fato de que os verdadeiros donos queriam e precisavam ficar em suas terras.

Em se tratando do território de Cáceres, enquanto Vila Maria do Paraguai, haviam situações geográficas e econômicas que faziam com que os dois povos quisessem o lugar, no entanto, eram de domínio português. Nesse sentido, evidenciou-se que os portugueses precisavam dos Chiquitano para povoarem e trabalharem em suas terras, e como era de interesse dos indígenas permanecerem em suas terras, foram obrigados a aceitar as condições impostas. Daí resulta a ideia de resistência e luta dos povos indígenas que reverbera até os dias atuais, em que povos indígenas lutam pelas demarcações de suas propriedades de direito. Direitos esses que lhes foram negados desde a colonização.

Nessa senda, apresentamos a cidade Cáceres desde a sua fundação como Vila Maria, situada à margem esquerda do Rio Paraguai, como um povoado pertencente à Capitania de Mato Grosso, fundada em 1778. Por se tratar de uma região de fronteira entre o que conhecemos hoje por Brasil e Bolívia, havia a presença dos Chiquitanos devido as missões jesuíticas, que, por sua vez, eram fiéis ao Rei da Espanha, devido a todo trabalho catequético estimulado pela igreja católica. Nesse sentido, ao faltarem pessoas brancas que pudessem povoar as terras de Vila Maria, encontrou-se nos Chiquitano tal “serventia”.

Toda essa dinâmica foi permeada pela tensão entre portugueses e espanhóis e os tratados que eram acordados à medida em que os negócios iam se desenvolvendo e se solucionando de alguma forma. Essas informações foram pormenorizadas no decorrer do texto. Diante do supracitado, o que se evidenciou, foi a relação de interesse dos povos dominantes — portugueses e espanhóis —, diante de uma população que tinha apenas duas alternativas: submissão ou rebelião.

No meio de toda essa logística que envolvia interesses políticos e econômicos, a história dos Chiquitano não difere das demais etnias que foram dizimadas e oprimidas no Brasil-Colônia, pois como pactuado em Silva (2008), esse povo conseguiu sobreviver por meio de muito esforço, a custo de pressões, perdas físicas e culturais que impactam suas existências até os dias de hoje. Percebeu-se que esse povo foi usado como mão de obra e contingente populacional, sendo obrigados a se deslocarem para outras localidades assim

que os domínios colonizadores se estabeleciam, ou seja, quando não precisavam mais, eram descartados de suas relações sociais.

Nessa direção, observou-se que a história de Cáceres, bem como a do resto do país, embora narrada por muito tempo sob à ótica colonizadora, guarda embaixo do tapete uma realidade esdrúxula, marcada pela desigualdade e sofrimento de um povo que realmente faz parte significativamente na construção desse território como conhecemos hoje. Além de residirem na vila, os Chiquitano plantavam, colhiam e trabalhavam em diversas áreas. Dito em outros termos, a construção da cidade de Cáceres se deu por mãos de muitos Chiquitano que foram tratados como antagonistas de uma história cujos protagonistas, naturalmente, seriam eles.

Hodiernamente, essa história perpassa a colonialidade, cujos Chiquitano que vivem, ainda, na região de fronteira, lutam para terem direitos a um pedaço de terra do lugar que sempre pertenceu a eles. Como citado no começo deste trabalho, apresentou-se nos relatos da senhora Ana, que num passado recente, o exército chegou às terras (que já eram de suas posses), negando-lhes o direito de construir e realizar melhorias nas terras, alegando serem terras de posse militar.

Tal relato nos faz retornar à colonização, cujas pessoas indígenas da etnia Chiquitano, abdicaram à força de suas terras e viviam de favores em seu próprio espaço. Embora percebamos que as injustiças cometidas contra esse povo perdurem, há um fator que se faz necessário considerar: a resistência. Trata-se de um contínuo de força pautada nas lutas que evidenciam a perseverança pertencente aos povos tradicionais, e que, hoje, podem ser relatadas por meio de representatividades indígenas governamentais, instituições que representam os povos tradicionais e outras formas de resistência. Portanto, constatou-se, neste trabalho, a significativa relevância do povo Chiquitano na fundação e desenvolvimento da cidade de Cáceres. Diante disso, Canuto (2022, p. 16) infere que a história do Brasil contada pelo colonizador “ignorou os papéis de negros e indígenas na constituição do povo brasileiro como nação”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. R. C. de. **Os índios na História do Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- ANE BRASIL. **Ricardo Franco de Almeida Serra.** Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <http://anebrasil.org.br/membros/ricardo-franco-de-almeida-serra/>. Acesso em: 13 dez. 2022.
- ARAUJO, R. M. de. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. In: Dossiê - **Caminhos Da História Da Urbanização No Brasil- Colônia.** An. Museu Paulista. vol. 20 no. 1 São Paulo.
- ARRUDA, A. A. C. de. **Condicionantes Étnicos na Criação das Missões de Chiquitos: Alianças e conflitos na Chiquitania e no Pantanal (1609-1691).** 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2378>. Acesso em: 01 out. 2022.
- ANZAI, L. C. **Missões de Chiquitos e Moxos e a capitania de Mato Grosso.** In. Revista Lusófona De Ciência Das Religiões – n. 13, ANO VII, 2008.
- BASTOS, M. H. C. Os jesuítas e a educação no Rio Grande do Sul: percurso histórico na formação das almas. In. SOUSA, C. A. M.; CAVALCANTE, M. J. M. **Os Jesuítas no Brasil:** entre a colônia e a República. UNESCO. Brasília, 2016. Pp. 137-160.
- BIENNÉS, D. M. **Uma igreja na fronteira:** Diocese de São Luiz de Cáceres, MT. São Paulo, 1987.
- BIOGRAFIAS. Carlos V. Uol Educação – Pedagogia & Comunicação. 2008. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/biografias/carlos-5.htm>. Acesso em 11 dez. 2022.
- BLOCK, F. **Los orígenes del desorden económico internacional.** Fondo de Cultura Económica, México, 1980.
- BURK.G. **Duenos Del Bosque:** Manejo de los recursos naturales por indígenas Chiquitanos de Bolivia. Serie Pueblos indígenas de las tierras bajasde Bolívia,14. Santa Cruz. APCOB. 2000.
- CANUTO, S. A. C. **Aquilombamento Digital Nas Práticas Sociais e de Linguagem em uma Página de Mulheres Quilombolas no Facebook:** posicionamentos, identidades e complexidade. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres, 2022.
- Carrara, A. A. S.; Machado, P. J. de O. Ordenamento Territorial dos Municípios Brasileiros: Minas Gerais, Séculos XVIII-XIX. Almanack [online], n. 24 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3uPrDkk>. Acesso em: 09 dez. 2022.

CARVALHO, F. A. L. de. Rivalidade imperial e comércio fronteiriço: aspectos do contrabando entre as missões espanholas de Mojos e Chiquitos e a capitania portuguesa de Mato Grosso (c. 1767-1800). In: **Revista Antíteses**, v. 4, n. 8, p. 595-630, jul./dez. 2011.

CARVALHO, F. de. Entre dois impérios: lideranças indígenas e colonizadores espanhóis e portugueses no vale do rio Paraguai (1770-1810) - **Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC**. Vitória, 2008.

CASTRILLON-MENDES, O. M. O marco e o poeta no discurso histórico-literário. In. CHAVES, O. R.; ARRUDA, E.F. (orgs). **História e Memória de Cáceres**. Editora UNEMAT. Cáceres, 2011.

CASTRO, C. A.; SILVEIRA, A. S. Civilidade, educação e a Companhia de Jesus (Séc. XVI-XVIII). In. SOUSA, C. A. M.; CAVALCANTE, M. J. M. **Os Jesuítas no Brasil: entre a colônia e a República**. UNESCO. Brasília, 2016. Pp. 21-44.

CHARUPÁ, R. T. **La primera evangelización en las reducciones de Chiquitos, Bolivia (1691-1767)**. Cochabamba/Bolívia: Talleres Gráficos KIPUS, 2002. 740 p.

CHAVES, O. R. Império Português: O Marco do Jauru e a Povoação Fronteiriça de Vila Maria do Paraguai, século XVIII. In. CHAVES, O. R.; ARRUDA, E.F. (orgs). **História e Memória de Cáceres**. Editora UNEMAT, Cáceres, 2011.

CAVALCANTE, R. A. **FUNDAÇÃO DE VILA MARIA COM A PRESENÇA CHIQUITANA**: os povoadores da fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso (1778-1827). Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciencias Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

COSTA, M. de F.; DIENER, P. Incertezas sobre cidades e mapas. n 20. Editora UnilaSalle. Canoas, 2015.

COSTA, M. de F. **História de um país inexistente**: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999.

DIAZ DE GUZMÁN, R. **La Argentina**. Colección Austral. Buenos Aires, 1945.

FANAIA, M. L. O olhar dos vereadores sobre a cidade de Vila Maria do Praguai nos anos de 1859-1880. In. CHAVES, O. R.; ARRUDA, E.F. (orgs). **História e Memória de Cáceres**. Editora UNEMAT, Cáceres, 2011.

FERNANDES, F. R. Bandeirantes. Info Escola – Brasil Colônia/História do Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/bandeirantes/>. Acesso em 11 dez. 2022.

FERNANDES, da S. J. et all. **Estudo das comunidades indígenas na área de influência do gasoduto Bolívia-MatoGrosso**. Mimeo, 1998.

FERNÁNDEZ, J. **Relación historial de las missiones de los índios que llaman Chiquitos**. Santa Cruz de la Sierra: UPSA, 1985. 2004.

FERREIRA, E. **Planejamento de transporte cicloviário:** o caso de Cáceres-MT. UNEMAT, Cáceres, 2010.

FERREIRA, E. **Cáceres:** histórico, desmembramentos e a questão regional do sudeste mato-grossense. Ciência Geográfica. V. XXI. Bauru, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3NyWbz7>. Acesso em: 01 nov. 2022.

FREYER, B. Los Chiquitanos, descripción de su cultura. In: _____. **Los Chiquitanos:** descripción de un pueblo de las tierras bajas orientales de Bolivia según fuentes jesuítas del siglo XVIII. Santa Cruz de la Sierra: APCOB, 2000.

FLORENCE, H. **Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas, pelas Províncias Brasileiras de São Paulo, Mato Grosso e Grão Pará (1825-1829).** Tradução. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 1977b (edição sem numeração de páginas)

GARCIA, D. S. da C. **Território e negócios na Era dos Impérios:** Os belgas na fronteira oeste do Brasil. Brasília Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

GARCIA, D. S. da C. **Território e Negócios na “Era dos Impérios”: Os Belgas na Fronteira Oeste do Brasil.** Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

GUATTARI, E.; ROLNIK, S. **Micropolítica:** cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAEDO F. de. Sexto informe con descripción histórico-geográfica de las missiones de Moxos y Chiquitos y facilidad de transitar por los ríos de Cochabamba hasta el Paraguay y Gran Paró. AGN-BN, leg. 191, doc. 1777. In: **Fronteras indígenas del oriente boliviano. La dominación colonial en Moxos y Chiquitos, 1675-1810.** Boletín americanista, 1986, n.º 36, pp. 197-28.

HERNANDÉZ, P. Comentários de Alvar Nuñes Cabeza de vaca. Biblioteca de Autores Españoles. **Historiadores primitivos de Índias.** Vol. 1. Madrid, 1852.

HILL, J. (Org.) **History, Power and Identity:** ethnogenesis in the Americas, 1942-1992. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.

HOFFMAN, W. **Las Missiones Jesuiticas entre los Chiquitanos.** Buenos Aires: Conicet, 1979.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Quem foi Carlos III. Abr. 2014. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/170-noticias-2014/530150-quem-foi-carlos-iii>. Acesso em 11 dez. 2022.

KERN, A. A educação do outro: jesuítas e guaranis nas missões colôniais platinas. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil.** v. 1 – séculos XVI-XVIII. Editora Vozes. Petrópolis, 2004.

KERN, A. O processo histórico platinho no século XVII: da aldeia ao povoado missionário. **Folia Historica del Nordeste, Resistencia.** Argentina, 1984.

LEITE, M. S. S. **A Cidade de Cáceres/MT e o seu Patrimônio Cultural:** Produção de um guia didático-histórico. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História. Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres, 2018.

MALHEIROS, A. M. P. **A escravidão no Brasil:** ensaio histórico-jurídico-social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1867. Disponível em: <https://bit.ly/3FrHavr>. Acesso em: 10 dez. 2022.

MEIRELES, D. M. **Guardiões da Fronteira.** Rio Guaporé, século XVIII, Vozes. Petrópolis, 1989.

MELATTI, J. C. **Índios do Brasil.** Editora de Brasília Ltda. Brasília, 1972.

MÉTRAUX, A. The native tribes of Eastern Bolívia and western Matto Grosso. **Bureau of American Ethnologist.** Bulletin, 1942.

MENDES, N. F. **História de Cáceres:** história da administração municipal. Tomo I, Cáceres, 1973.

MENDES, N. F. **História de Cáceres:** Origem. Evolução. Presença da Força Armada. Tomo II, Cáceres, 2010.

MOREIRA DA COSTA, J. E. F. **O Manto Encoberto:** territorialização e identidade dos Chiquitano. Monografia (Especialização em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2000.

NOGUEIRA, C. A Conquista Do Brasil Central: Fronteiras E Frentes Pioneiras No Século XIX. **Scripta Nova. Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales,** 16. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3Ta4mEj>. Acesso em: 25 Set 2022.

PEREIRA, I. A. M. C.; PUHLL, J. I.; CHAVES, O. T. Índios de Mojo e Chiquitos no Contexto Colonial Ibérico do Século XVI ao XVIII. **Revista Territórios e Fronteiras,** Cuiabá, vol. 5, n. 2. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3E3l8Qh>. Acesso em 14 jul 2022.

PORTAL SÃO FRANCISCO. Indígenas e a colonização portuguesa. 2022. Disponível em: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-do-brasil/indigenas-e-colonizacao-portuguesa>. Acesso em: 11 dez. 2022.

PORTAL MATO GROSSO. Caiçara (Fazenda). Abr. 2020. Disponível em: <https://portalmatogrosso.com.br/caicara-fazenda/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo. Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, P. S. **Do que se trata a aculturação?** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/do-que-se-trata-aculturacao.htm>. Acesso em 11 de dezembro de 2022.

SCHMITZ, P. I. et al. **Aterros indígenas no Pantanal do Mato Grosso do Sul.** Pesquisas. São Leopoldo, 1998.

SANTAMARIA, D. J. **Fronteras indígenas del oriente boliviano.** La dominación colonial en Moxos y Chiquitos, 1675-1810. Boletín americanista, 1986. Disponível Em: <https://bit.ly/3FH0GG5>. Acesso em 20 out 2022.

SANTAMARÍA, D. J. **La Economía De Las Misiones De Moxos Y Chiquitos (1675 - 1810).** Ibero-Amerikanisches archiv, Frankfurt, n. 13, n. 2, p. 255-295, 1987. Disponível em: <https://bit.ly/3E3HVLV>. Acesso em: 04 set 2022.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Record. Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, F. V. dos. A Casa e o Real Serviço: Francisco Xavier de Mendonça Furtado e o Governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759). Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a. 170 (442). Jan./mar. 2009. p. 75-124.

SILVA, G. J; COSTA, A. M. R. F. M. **Histórias e Culturas Indígenas na Educação Básica.** Autêntica. Belo Horizonte, 2018.

SILVA, R. B. **Os Chiquitano de mato Grosso:** estudo das classificações sociais e, u, grupo indígena da fronteira Brasil-Bolívia. (Tese). Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

SILVA, L. P. Gestão para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Cáceres: Diversidade Cultural, Sustentabilidade e Turismo. In. CHAVES, O. R.; ARRUDA, E.F. (orgs). **História e Memória de Cáceres.** Cáceres, Editora UNEMAT, 2011.

SILVA, J. A. F. **Identidades e Conflitos na Fronteira/Poderes Locais e os Chiquitanos,** 2008. Disponível em: <https://repositório.bc.ufg.br>. Acesso em 22 mai 2022.

SOUZA, A. L. M. de. **A história dos Chiquitanos:** reconfigurações sociais e territoriais.2009.126 f, il. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Disponível em: <https://bit.ly/3DDrioH>. Acesso em: 17 out. 2022.

SOUZA, C. A. M.; CAVALCANTE, M. J. M. Os jesuítas no Brasil: entre a Colônia e a República. In. SOUSA, C. A. M.; CAVALCANTE, M. J. M. **Os Jesuítas no Brasil: entre a colônia e a República.** UNESCO. Brasília, 2016.

SOUZA, M. D. de; SANTOS, E. N. da S.; COSTA, C. M. das F. Povos Chiquitanos da Região Fronteiriça Brasil-Bolívia, o Município de Cáceres: uma Pesquisa Bibliográfica. In: **Anais Principais do Seminário De Educação**, Sociedade Brasileira de Computação 29. Cuiabá, 2021.

SUSNIK, B. Chiriguanos: **Dimeniones Etnosociales.** Assunción. Museo Etnográfico “ANDES BARBERO”. Departamento de Antropología e Museu Rondon. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. UFMT, Cuiabá, 1968.

SUSNIK, B. Los Guanás – Chanés del Chaco Paraguayo. In: _____. **El índio Colonial del Paraguay**. El Chaqueño III. Asunción/Paraguay: Museo Etnográfico ‘Andres Barbero’, 1971.

SUSNIK, B. **Los aborígenes del Paraguay I: Etnología del Chaco Boreal y su periferia (Siglos XVI y XVIII)**. Asunción/Paraguay: Museo Etnográfico ‘Andres Barbero’, 1978.

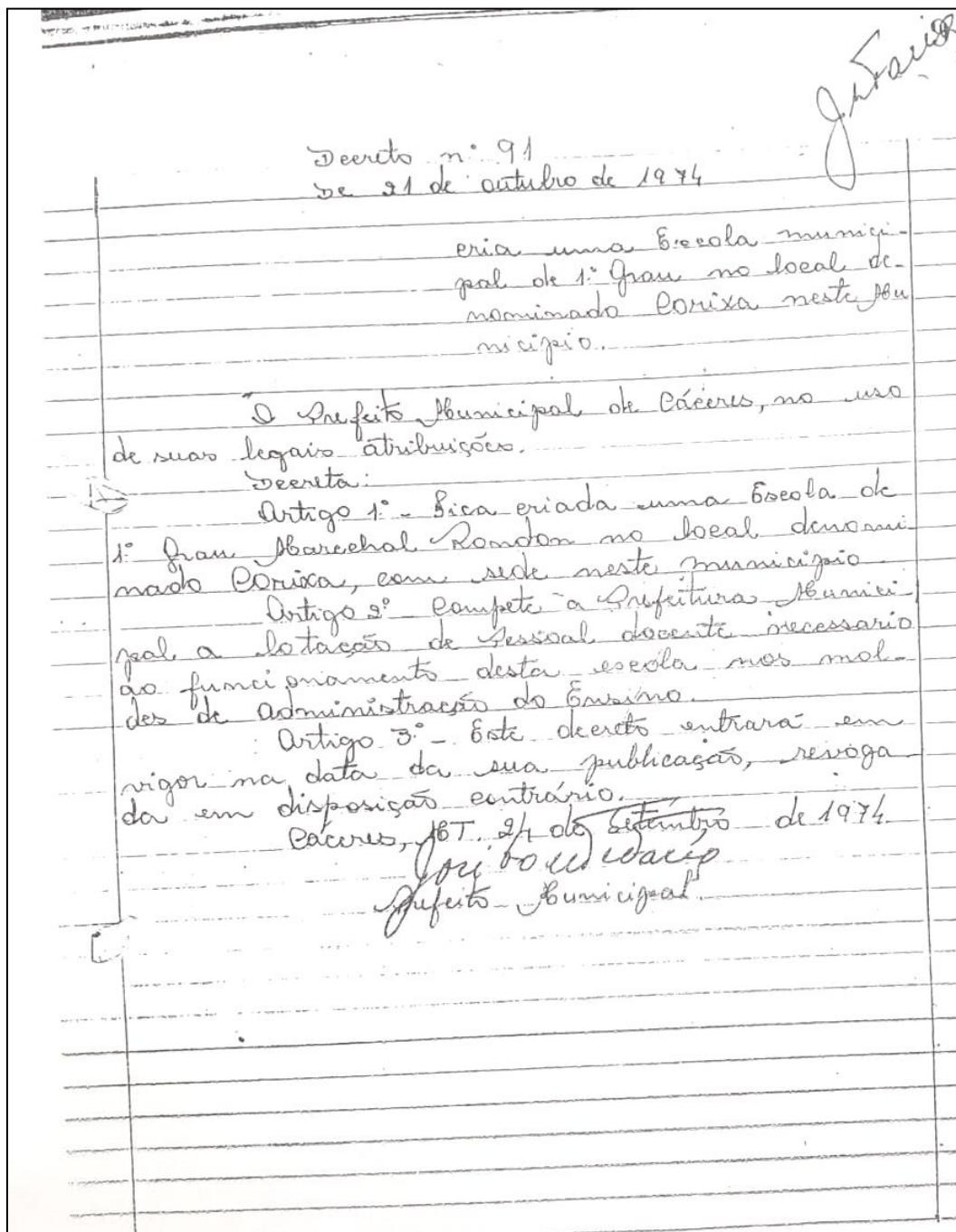
TULUX, B. M. Desentendimentos no sul da capitania de Mato Grosso: a ocupação e a guarnição da fronteira colonial oeste, 1748 - 1801. **Albuquerque: revista de história**, v. 3, n. 6, 22 jun. 2017.

VALADARES, V. M. T. Trajetória do homem e do estadista Melo e Castro. **Cadernos de História**, v. 3, n. 4, p. 36-46, 17 nov. 1998.

ZATTAR, N. Cáceres - nome luso de cidade mato-grossense. In: **RUA** [online]. 2015, no. 21. Volume I - ISSN 1413-2109/e-ISSN 2179-9911. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade.

ANEXOS

ANEXO A — Documento de Registro da Fundação da Escola de 1º Grau Marechal Rondon do Município de Cáceres do ano de 1974.



Fonte: Arquivo documental da Escola de 1º Grau Marechal Rondon do Município de Cáceres-MT.

ANEXO B — Arquivo documental da Escola de 1º Grau Marechal Rondon do Município de Cáceres-MT. Histórico da denominação da E.M Nossa Senhora Aparecida.



Histórico da Denominação da E.M “Nossa Senhora Aparecida”

A Escola Municipal “Marechal Rondon” Extensão I foi criada no ano de 1999 para atender as famílias que foram assentadas na localidade do Sapiquá e seu entorno onde se localizam os assentamentos Rancho da Saudade, Nova Esperança, Corixinha, Bom Sucesso e Katira.

Devido o aumento do número de alunos e o crescimento dos assentamentos ouve necessidade de criar uma nova Escola para atender a demanda nas modalidades da Educação Infantil, Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano. Então no ano de 2005, a Prefeitura Municipal de Cáceres Resolver criar a E. M Nossa Senhora Aparecida em Substituição a sala anexa.

Por volta do ano de 1985 existia naquela localidade uma igreja com o nome Nossa Senhora Aparecida, nesta Igreja ouve uma chacina que marcou a Comunidade de forma trágica, abandonando assim a minúscula Capela. Com o passar dos anos a Capela se deteriorou e desapareceu, deixando um vazio na história da Comunidade. Em memória a Padroeira do Brasil e para que não se perde parte da história da Comunidade maioria católica, em Reunião fez a Escolha do nome da Unidade Escolar de Nossa Senhora Aparecida, fazendo chegar ao prefeito esta solicitação através de ofício o qual foi assim aceito.

Fonte: Arquivo documental da Escola de 1º Grau Marechal Rondon do Município de Cáceres-MT.

ANEXO C — Documento de autorização e credenciamento das escolas sediadas no Município de Cáceres, junto ao Conselho Estadual de Educação de MT.

D.J.E
03.04.98
B.32/33

R E S O L U Ç Ã O N° 072/98-CEE/MT.

Autoriza o funcionamento da Educação Infantil e Ensino Fundamental - Nível I a IV e/ou V a VIII, nas Escolas Municipais, sediadas no Município de Cáceres, conforme menciona.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nacional de nº 9394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e consoante a Lei Estadual nº 1815/93, de criação do CEE/MT, e o Decreto Governamental nº 63, de criação do CEE/MT, e o Decreto Governamental nº 2423/92, que a regulamentou, e em face das Resoluções 330/92-CEE e 331/92-CEE, e tendo em vista o que consta dos PROCESSOS retromencionados, e por decisão do Plenário do Conselho Estadual de Educação,

R E S O L V E :

Art. 1º - Ficam autorizados a Educação Infantil e o Ensino Fundamental - Nível I a IV e/ou V a VIII, da Modalidade Regular, a serem ministrados pelas Escolas Municipais, sediadas no Município de Cáceres, mantidas pelo Município:

- PROCESSO N° 350/97-CEE
 - . Escola Municipal de 1º Grau Roça Velha - Ensino Fundamental I a IV - Localizada no Núcleo do Limão;
- PROCESSO N° 351/97-CEE
 - . Escola Municipal de 1º Grau Piedade - Ensino Fundamental I a IV - Localizada no Núcleo do Limão;
- PROCESSOS N°s 352/97 e 353/97-CEE
 - . Escola Municipal de 1º Grau Marechal Rondon - Educação Infantil e Ensino Fundamental V a VIII - Localizada no Núcleo do Limão;
- PROCESSO N° 354/97-CEE
 - . Escola Municipal de 1º Grau Soteco - Ensino Fundamental V a VIII - Localizada no Núcleo do Limão.

§ 1º - O presente ato terá vigência por 04 (quatro) anos, no período compreendido entre 01/01/98 e 31/12/2001, devendo as Escolas solicitarem reconhecimento, nos termos das disposições pertinentes contidas na Resolução nº 331/92-CEE.

§ 2º - Fica declarada a validade dos estudos realizados pelos alunos matriculados nos referidos Cursos, conforme relação nominal anexa ao processo, onde couber.

02

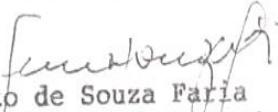
Art. 2º - As referidas Escolas estão sujeitas à supervisão e inspeção estadual, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º - Determinar que a Direção das Escolas faça ampla divulgação do Regimento Escolar entre os membros da comunidade interessada, sobretudo pais, responsáveis e alunos, mantendo-o atualizado às novas disposições da Lei nº 9394/96.

Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, Sala das Sessões, em Cuiabá, 13 de março de 1998.


Luzia Guimarães
Presidente

H O M O L O G O :


Fausto de Souza Faria
Secretário de Estado de Educação

Fonte: Arquivo documental da Escola de 1º Grau Marechal Rondon do Município de Cáceres-MT.

ANEXO D — Imagens da Escola de 1º Grau Marechal Rondon do Município de Cáceres.









Fonte: Arquivo documental da Escola de 1º Grau Marechal Rondon do Município de Cáceres-MT